

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM <b>02173-3</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>CIELO S.A</b>	3 - CNPJ <b>01.027.058/0001-91</b>
4 - NIRE <b>35.300.144.112</b>		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO ALAMEDA GRAJAU, 219		2 - BAIRRO OU DISTRITO ALPHAVILLE	
3 - CEP 06454-050	4 - MUNICÍPIO BARUERI		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2184-7600	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 011	12 - FAX 2184-7799	13 - FAX -
14 - FAX -	15 - E-MAIL ri@cielo.com.br		

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

1 - NOME MARCOS GRODEZKY			
2 - ENDEREÇO COMPLETO ALAMEDA GRAJAU, 219		3 - BAIRRO OU DISTRITO ALPHAVILLE	
4 - CEP 06454-050	5 - MUNICÍPIO BARUERI		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2184-7600	9 - TELEFONE 2184-7809	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 011	13 - FAX 2184-7799	14 - FAX -
15 - FAX -	16 - E-MAIL ri@cielo.com.br		

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	4	30/09/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOMATSU					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO WALTER DALSASSO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 531.252.408-59		

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

**01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	1.364.784	1.364.784	1.364.784
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	1.364.784	1.364.784	1.364.784
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	4.532	4.532	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	4.532	4.532	0

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1280 - Intermediação Financeira
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Credenciamento de Estabelecimentos e captura de transações comerciais e financeiras realizadas com cartões de pagamento.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

**01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

**01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE**

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	04/03/2010	Dividendo	31/03/2010	ON	0,5213000000
02	RCA	04/03/2010	Juros Sobre Capital Próprio	31/03/2010	ON	0,0072000000

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

**01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO**

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

**01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

1 - DATA	2 - ASSINATURA
----------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	2.812.974	2.967.826
1.01	Ativo Circulante	1.727.740	1.886.675
1.01.01	Disponibilidades	171.456	514.280
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	171.456	514.280
1.01.02	Créditos	1.542.756	1.366.499
1.01.02.01	Clientes	1.366.222	1.197.232
1.01.02.01.01	Contas a Receber Operacional	1.356.025	1.178.784
1.01.02.01.02	Outros Valores a Receber	10.197	18.448
1.01.02.02	Créditos Diversos	176.534	169.267
1.01.02.02.01	Impostos Antecipados e a Recuperar	3.935	2.503
1.01.02.02.02	Direitos a receber - securitização exter	170.097	163.850
1.01.02.02.03	Juros a receber - securitização exterior	2.502	2.914
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	13.528	5.896
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	13.528	5.896
1.02	Ativo Não Circulante	1.085.234	1.081.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	710.748	721.334
1.02.01.01	Créditos Diversos	710.748	721.334
1.02.01.01.01	Direitos a receber - securitização no ex	0	42.445
1.02.01.01.02	Imp. de Renda e Contrib. Social Diferido	219.511	222.000
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	489.740	455.292
1.02.01.01.04	Outros Valores a Receber	1.497	1.597
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	374.486	359.817
1.02.02.01	Investimentos	12	214
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	12	214
1.02.02.02	Imobilizado	313.404	296.121
1.02.02.03	Intangível	61.070	63.482
1.02.02.03.01	Ágio na Aquisição de Investimentos	22.198	22.198
1.02.02.03.02	Outros Intangíveis	38.872	41.284

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	2.812.974	2.967.826
2.01	Passivo Circulante	1.588.209	1.553.141
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	159.721	116.443
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	174.248	416.945
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	105.365
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	1.254.240	914.388
2.01.08.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	1.036.251	667.522
2.01.08.03	Obrigações a pagar - securitização no ex	170.044	163.911
2.01.08.04	Juros a pagar - securitização no ex	2.502	2.914
2.01.08.05	Outras Obrigações	45.443	80.041
2.02	Passivo Não Circulante	535.024	554.256
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	535.024	554.256
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	532.316	511.578
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	532.316	511.578
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	2.708	42.678
2.02.01.06.01	Obrigações a pagar - securitização no ex	0	42.445
2.02.01.06.02	Outras Obrigações	2.708	233
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	689.741	860.429
2.05.01	Capital Social Realizado	75.379	75.379
2.05.02	Reservas de Capital	5.692	3.077
2.05.02.01	Reservas de Capital	74.920	72.305
2.05.02.02	Ações em Tesouraria	(69.228)	(69.228)
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	15.076	15.076
2.05.04.01	Legal	15.076	15.076
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	593.594	766.897
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.061.535	1.061.535	881.610	881.610
3.01.01	Receita de Comissões	733.359	733.359	590.539	590.539
3.01.02	Receita de Aluguel	294.521	294.521	256.374	256.374
3.01.03	Outras Receitas	33.655	33.655	34.697	34.697
3.02	Deduções da Receita Bruta	(108.426)	(108.426)	(90.318)	(90.318)
3.02.01	Impostos sobre Serviços	(108.426)	(108.426)	(90.318)	(90.318)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	953.109	953.109	791.292	791.292
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(251.658)	(251.658)	(212.176)	(212.176)
3.05	Resultado Bruto	701.451	701.451	579.116	579.116
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(19.549)	(19.549)	(57.936)	(57.936)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(99.246)	(99.246)	(100.036)	(100.036)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(38.965)	(38.965)	(29.056)	(29.056)
3.06.02.02	Despesa com Pessoal	(36.671)	(36.671)	(28.124)	(28.124)
3.06.02.04	Marketing	(21.504)	(21.504)	(11.434)	(11.434)
3.06.02.05	Outras (despesas) receitas operacionais	(2.106)	(2.106)	(31.422)	(31.422)
3.06.03	Financeiras	79.697	79.697	42.100	42.100
3.06.03.01	Receitas Financeiras	97.595	97.595	89.428	89.428
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	24.341	24.341	32.820	32.820
3.06.03.01.02	Receita c/ Antecipação de Recebíveis	73.254	73.254	56.608	56.608
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(17.898)	(17.898)	(47.328)	(47.328)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(12.234)	(12.234)	(13.124)	(13.124)
3.06.03.02.02	Despesas de Ajuste a Valor Presente	(6.223)	(6.223)	(34.649)	(34.649)
3.06.03.02.03	Variação cambial, líquida	559	559	445	445
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.07	Resultado Operacional	681.902	681.902	521.180	521.180
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	681.902	681.902	521.180	521.180
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(239.200)	(239.200)	(211.581)	(211.581)
3.11	IR Diferido	(2.489)	(2.489)	23.600	23.600
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	440.213	440.213	333.199	333.199
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	1.360.252	1.360.252	1.364.784	1.364.784
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,32363	0,32363	0,24414	0,24414
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	439.880	439.880	(195.550)	(195.550)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	764.499	764.499	640.903	640.903
4.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	681.902	681.902	521.180	521.180
4.01.01.02	Depreciações e amortizações	44.383	44.383	37.140	37.140
4.01.01.03	Custo Resid. imob. intang. baix/alienado	879	879	3.380	3.380
4.01.01.04	Provisão para perda com POS inativos	3.690	3.690	11.764	11.764
4.01.01.07	Reversão prov. perdas c imob. e intag.	0	0	(795)	(795)
4.01.01.08	Opções de ações outorgadas	2.615	2.615	0	0
4.01.01.10	Perda com aluguel de equipamentos	3.986	3.986	1.841	1.841
4.01.01.11	Provisão para contingências	20.821	20.821	31.744	31.744
4.01.01.12	Ajuste a valor presente contas a receber	6.223	6.223	34.649	34.649
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	155.036	155.036	(584.442)	(584.442)
4.01.02.01	Contas a receber operacional	(183.464)	(183.464)	(566.047)	(566.047)
4.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	(1.432)	(1.432)	(90.846)	(90.846)
4.01.02.04	Outros valores a receber (circ. não circ	44.961	44.961	52.986	52.986
4.01.02.05	Depósitos judiciais	(34.448)	(34.448)	(31.941)	(31.941)
4.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	(7.632)	(7.632)	(2.254)	(2.254)
4.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	364.743	364.743	107.664	107.664
4.01.02.08	Fornecedores	43.278	43.278	21.994	21.994
4.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	(2.040)	(2.040)	(2.925)	(2.925)
4.01.02.10	Outras obrigações (circ e não circ)	(68.847)	(68.847)	(73.088)	(73.088)
4.01.02.11	Provisão p/ contingências (circ e não cir	(83)	(83)	15	15
4.01.03	Outros	(479.655)	(479.655)	(252.011)	(252.011)
4.01.03.01	Juros recebidos	3.566	3.566	7.505	7.505
4.01.03.02	Juros pagos	(3.566)	(3.566)	(7.505)	(7.505)
4.01.03.03	IR e CS pagos	(479.655)	(479.655)	(252.011)	(252.011)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(63.823)	(63.823)	(47.608)	(47.608)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A	01.027.058/0001-91

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.02.01	Aquisição de aprt. "joint venture"	0	0	(11.220)	(11.220)
4.02.02	Aquisição part joint venture liq. cx. ad	0	0	(4.579)	(4.579)
4.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	(63.823)	(63.823)	(31.809)	(31.809)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(718.881)	(718.881)	(543.128)	(543.128)
4.03.01	Financiamentos - arrendamento mercantil	0	0	(143)	(143)
4.03.05	Dividendos pagos	(718.881)	(718.881)	(542.985)	(542.985)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(342.824)	(342.824)	(786.286)	(786.286)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	514.280	514.280	1.072.157	1.072.157
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	171.456	171.456	285.871	285.871

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	75.379	3.077	0	15.076	766.897	0	860.429	0	860.429
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	75.379	3.077	0	15.076	766.897	0	860.429	0	860.429
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	440.213	0	440.213	0	440.213
5.05	Destinações	0	2.615	0	0	(613.516)	0	(610.901)	0	(610.901)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(603.775)	0	(603.775)	0	(603.775)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(9.741)	0	(9.741)	0	(9.741)
5.05.03	Outras Destinações	0	2.615	0	0	0	0	2.615	0	2.615
5.05.03.01	Opções de Ações Outorgadas	0	2.615	0	0	0	0	2.615	0	2.615
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	75.379	5.692	0	15.076	593.594	0	689.741	0	689.741

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	75.379	3.077	0	15.076	766.897	0	860.429	0	860.429
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	75.379	3.077	0	15.076	766.897	0	860.429	0	860.429
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	440.213	0	440.213	0	440.213
5.05	Destinações	0	2.615	0	0	(613.516)	0	(610.901)	0	(610.901)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(603.775)	0	(603.775)	0	(603.775)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(9.741)	0	(9.741)	0	(9.741)
5.05.03	Outras Destinações	0	2.615	0	0	0	0	2.615	0	2.615
5.05.03.01	Opções de Ações Outorgadas	0	2.615	0	0	0	0	2.615	0	2.615
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	75.379	5.692	0	15.076	593.594	0	689.741	0	689.741

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, que teve sua razão social alterada para Cielo S.A. (“Sociedade”), conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de dezembro de 2009, foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos e a captura de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

Em 23 de janeiro de 2003, a Sociedade constituiu uma filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais, (nota explicativa nº 22), com o propósito específico da realização no exterior de uma operação de securitização do fluxo de direitos creditórios denominados em moeda estrangeira (notas explicativas nº 7, nº 18 e nº 25).

O contexto operacional das controladas, controladas em conjunto e de forma indireta é como segue:

### Controladas

- Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) - o objeto social da Servinet consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; na prestação de serviços de instalação e manutenção de terminais eletrônicos (“Point of Sales Equipment - POS”) para a captura de dados e o processamento de transações com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. (“Servrede”) - o objeto social da Servrede é a prestação de serviços de gerenciamento de tecnologia de rede, incluindo a transmissão de dados e informações, soluções corporativas, sistemas de comunicação privada e de processamento eletrônico de pagamentos, além da prestação de serviços de aplicativos e “data center”, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas no setor de serviços julgadas de seu interesse e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A Servrede permanece sem operações em 31 de março de 2010.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- CBGS - Gestão e Processamento de Informações de Saúde Ltda. (“CBGS Ltda.”) - tem como objeto social a prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadoras de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde, em plataforma tecnológica única; a prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimentos de “call center” e outras soluções; a prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; a locação ou comercialização de leitores de cartões, outros equipamentos de informática utilizados na prestação de seus serviços e assistência técnica; e a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou cotista.

Em novembro de 2009, a CBGS Ltda. foi incorporada pela CBGS, então sua controlada em conjunto, a valores contábeis e com data-base 31 de outubro de 2009.

Controladas indiretas

- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“CBGS”) - o objeto social da CBGS era a prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica e outros serviços correlatos entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios), quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar, indústrias farmacêuticas, laboratórios, distribuidores, atacadistas, empresas do gênero, estipulantes, empresas usuárias de planos de saúde e drogarias, entre outros, e seguradoras em plataforma tecnológica; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

Em dezembro de 2009, a CBGS foi incorporada pela Orizon, então sua controlada em conjunto, a valores contábeis e com data-base 30 de novembro de 2009.

- Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. (“Orizon”), atualmente denominada Companhia Brasileira de Gestão de Serviços - o objeto social da CBGS consiste na consultoria e no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

prestação de seus serviços, bem como na prestação de assistência técnica a referidos equipamentos; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

- Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”) - o objeto social da Prevsáude consiste na prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”) - o objeto social da Precisa é a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.

Reestruturação em controladas - Projeto Saúde

Em 28 de agosto de 2006, a Sociedade constituiu a CBGS Ltda., que atua no setor de saúde.

Em 8 de novembro de 2006, a Sociedade, através de sua controlada CBGS Ltda., a Bradesco Saúde S.A. (“Bradesco Saúde”) e a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (“Cassi”) assinaram Acordo de Investimentos, visando à atuação em conjunto no segmento de prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica e outros entre operadores e prestadores de serviços de saúde. Por esse acordo, a Bradesco Saúde e a Cassi constituíram a CBGS e garantiram a essa nova empresa o acesso a seu cadastro de clientes para a prestação dos referidos serviços com exclusividade. A controlada CBGS Ltda. comprometeu-se a adquirir participação equivalente a 40,95% do capital social da CBGS por R\$139.045, por meio de novos aportes de capital através da conferência de bens.

Em 23 de novembro de 2006 e 26 de julho de 2007, a controlada CBGS Ltda. adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social da Polimed e da Dativa.

Em 28 de dezembro de 2006, foi constituída pela Bradesco Saúde (70,87%) e pela Cassi (29,13%) a CBGS, com capital social de R\$1.000, totalmente subscrito e integralizado em dinheiro. O capital social da CBGS está dividido em 1.000.000 de ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2 de janeiro de 2008, a CBGS subscreveu, em favor da controlada CBGS Ltda., 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045.

A integralização desse montante, que dá direito à controlada CBGS Ltda. de deter 40,95% de participação naquela companhia, ocorreu através da transferência de participações em companhias e em dinheiro. Dessa forma, considerando que a formação de “joint venture” é especificamente excluída do escopo do IFRS 3 - “Business Combination”, a transferência de participação acionária para a CBGS (“joint venture”) foi contabilizada pelos mesmos valores contábeis que estavam registrados na CBGS Ltda. (“venturer”), tendo o ganho de capital sido contabilizado no consolidado da Sociedade de acordo com o IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e SIC 13 - Entidades de Controles Compartilhados - Contribuições de Ativos Não Monetários pelo “Venturer”. Portanto, esses pronunciamentos requerem que o reconhecimento do ganho ou da perda reflita a substância da transação, ou seja, quando os ativos são retidos pela “joint venture” e o “venturer” transfere significativamente os riscos e benefícios da propriedade para a “joint venture”, o “venturer” deve reconhecer somente a porção do ganho ou da perda atribuída à participação dos outros “venturers”.

A integralização pela CBGS Ltda. do montante mencionado ocorreu detalhadamente da seguinte forma:

- R\$60.773 por meio da entrega imediata de 46.661.888 cotas da Polimed, atualmente denominada Orizon, cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2007 era de R\$39.339, com a geração de ganho de capital no montante de R\$21.434. Nas demonstrações financeiras interinas consolidadas, esse ganho de capital foi eliminado na proporção da participação da CBGS Ltda. no capital social da controlada CBGS.
- R\$10.918 por meio da entrega imediata de 1.709.999 cotas da Dativa, cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2007 era de R\$11.005, com a geração de perda de capital no montante de R\$87.
- R\$67.354 a serem integralizados em até dois anos, por meio da entrega de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro e/ou moeda corrente nacional, os quais serão corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA acrescido de 11,85% ao ano, “pro rata die”, desde a data do presente ato até a data da respectiva integralização, sendo contabilizados pela CBGS Ltda. na rubrica “Contas a pagar para ‘joint venture’” e na rubrica “Contas a receber” da CBGS. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo foi totalmente integralizado.

Após a subscrição de ações, a composição acionária da “joint venture” CBGS ficou da seguinte forma:

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>%</u>
CBGS Ltda.	40,95
Bradesco Saúde	41,85
Cassi	17,20

Conforme o Acordo de Acionistas, as deliberações societárias e a aprovação de novos investimentos requerem a maioria de aprovação pelos acionistas; conseqüentemente, a CBGS foi classificada como uma controlada em conjunto (“joint venture”) e suas demonstrações financeiras foram contabilizadas pela Sociedade pelo método de consolidação proporcional, conforme recomendado pelo IAS 31.

Em 16 de março de 2009, a controlada em conjunto CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital da Prevsaude e da Precisa, conforme apresentado a seguir:

	<u>Prevsaude</u>	<u>Precisa</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos	1.628	(2.381)
Preço total de compra considerado	<u>9.000</u>	<u>1.000</u>
Ágio	<u>7.372</u>	<u>3.381</u>

A Prevsaude presta serviço de benefício farmacêutico, voltado para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A empresa administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.

A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsaude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsaude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.

Essas aquisições estão em linha com a estratégia da Sociedade, de expansão dos negócios no segmento de saúde.

Em novembro de 2009, a controlada direta CBGS Ltda. foi incorporada pela controlada indireta CBGS e em 1º de dezembro de 2009 a CBGS foi incorporada pela Orizon. Como resultado das incorporações, todas as operações das incorporadas foram transferidas para as incorporadoras que sucederão as incorporadas em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem nenhuma solução de continuidade, com a conseqüente extinção das incorporadas.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras interinas consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards” - IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” - IASB, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee” - IFRIC).

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras interinas consolidadas da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

### 2.4. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações pendentes de repasse)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras licenciadas pela Visa International Service Association, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano (vide nota explicativa nº 13).

### 2.5. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados anualmente.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

## 2.6. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11. Os ativos intangíveis são amortizados geralmente levando em conta a sua utilização efetiva ou um método que reflita os benefícios econômicos esperados, considerando que têm vida útil definida, ou bases sistemáticas de amortização mensal. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

## 2.7. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Sociedade, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Anualmente, são feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a potencial perda no valor recuperável desses ativos. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a respectiva vida remanescente estimada. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (a) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda, e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

## 2.8. Investimentos em “joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

“Joint ventures” são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no IAS 12, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras interinas consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

2.10. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Esse benefício é registrado conforme o IAS 19.

2.11. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo através de lucros ou perdas; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

Ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros ou perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros ou perdas quando adquiridos. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- Ele for parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimento documentada pela Sociedade e as informações a respeito dela forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Ele formar parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do trimestre. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do trimestre no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método dos juros efetivos

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo através de lucros ou

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

perdas ou como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando designados ao valor justo através de lucros ou perdas.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo de ativos forem fornecidas nessa base internamente.
- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em lucros ou perdas. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos em lucros ou perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.12. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de serviços prestados para parceiros e estabelecimentos é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços. A receita com o repasse antecipado aos estabelecimentos comerciais é reconhecida no momento da disponibilização financeira dos recursos aos estabelecimentos comerciais e reconhecidos “pro rata temporis”, considerando os prazos de seus vencimentos.

2.13. Provisões

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo, quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente a prazo e valor.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.14. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data dos balanços e as diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado dos trimestres.

2.15. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e provisão para contingências. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

2.16. Remuneração com base em ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devam ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com os critérios estabelecidos no IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações.

3. TRANSIÇÃO PARA O IFRS

3.1. Reconciliação entre IFRS e BR GAAP

Descrição das principais diferenças entre as normas internacionais de

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contabilidade (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que afetaram as demonstrações financeiras interinas consolidadas:

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são contabilizados sobre as diferenças entre BR GAAP e IFRS, quando aplicável.
- b) Lucro por ação: de acordo com o IFRS, as entidades de capital aberto devem divulgar o lucro por ação básico e diluído na demonstração do resultado (vide nota explicativa nº 20).

O lucro básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

- c) Reclassificações de acordo com o IFRS: foram efetuadas as seguintes principais reclassificações nas demonstrações financeiras interinas consolidadas em IFRS:
  - Em IFRS, os depósitos judiciais estão sendo apresentados de forma bruta no ativo não circulante. Em BR GAAP, foram apresentados de forma líquida das contingências no passivo não circulante.
  - Em IFRS, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram integralmente reclassificados como não circulante. Em BR GAAP, foram apresentados no circulante e no não circulante, conforme expectativa de realização.

#### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERINAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras interinas consolidadas incorporam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas Servinet, Servrede e CBGS Ltda. (até 31 de outubro de 2009) e das “joint ventures” CBGS (até 30 de novembro de 2009), Orizon, Prevsáude e Precisa (a partir de 28 de fevereiro de 2009). Na elaboração destas demonstrações financeiras interinas consolidadas foram eliminados os saldos e as

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

transações entre essas Sociedades.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das “joint ventures” CBGS (incorporada em 30 de novembro de 2009), Orizon, Prevsáude e Precisa foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas.

A conversão para reais do balanço patrimonial da filial em Grand Cayman, preparado originalmente em dólares norte-americanos, foi efetuada com base nas taxas correntes do câmbio de fechamento nas datas dos balanços e do resultado com base nas taxas médias do câmbio de fechamento no encerramento de cada mês.

4.1. Controladas diretas (controle individual)

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31.03.2010	31.12.2009	31.03.2010	31.12.2009
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99

4.2. “Joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

As participações nas “joint ventures” incluem a CBGS (até 31 de dezembro de 2009), a Orizon, a Prevsáude e a Precisa (a partir de 28 de fevereiro de 2009), conforme tabela a seguir:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31.03.2010	31.12.2009	31.03.2010	31.12.2009
“Joint ventures”:				
CBGS (até 31 de dezembro de 2009)	-	40,95	-	40,95
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsaúde	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95

Conforme protocolo de incorporação de 1º de dezembro de 2009 a CBGS foi incorporada pela sua controlada, Orizon, a valores contábeis. O objetivo da

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

incorporação foi maior integração e unidade administrativa, comercial e financeira, com a consequente redução de custos operacionais, administrativos e financeiros dessas Sociedades.

As informações financeiras condensadas das “joint ventures” foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas:

	<u>Orizon</u>
	<u>31.03.2010</u>
Ativo:	
Circulante	50.606
Não circulante	<u>52.491</u>
Total do ativo	<u>103.097</u>
Passivo:	
Circulante	10.525
Não circulante	4.601
Patrimônio líquido	<u>87.971</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>103.097</u>
Resultado:	
Receita bruta	23.993
Lucro bruto	4.138
Lucro operacional	655
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	655
Lucro do trimestre	342

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Caixa e bancos:		
Moeda nacional	2.773	1.945
Moeda estrangeira	3.921	12.456
Aplicações financeiras:		
Debêntures compromissadas (a)	6.162	58.085
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	156.152	439.479
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>2.448</u>	<u>2.315</u>
Total	<u>171.456</u>	<u>514.280</u>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, as aplicações financeiras em debêntures e CDBs foram rentabilizadas, em média, a 102,4% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - EUA) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,1% ao ano.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

6. CONTAS A RECEBER OPERACIONAL

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Antecipação de recebíveis (a)	1.343.201	1.164.376
Trava de domicílio bancário (b)	2.368	2.333
Prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	3.266	4.534
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (d)	3.608	3.351
Outras contas a receber	<u>3.582</u>	<u>4.190</u>
Total	<u>1.356.025</u>	<u>1.178.784</u>

- (a) A Sociedade iniciou em 1º de setembro de 2008 e 5 de janeiro de 2009 a prestação de serviços de antecipação de recebíveis dos créditos à vista e parcelados, respectivamente, à sua rede de estabelecimentos comerciais credenciados. Em 31 de março de 2010, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais. Em 31 de março de 2010, referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente aos encargos incidentes no montante de R\$41.489 (R\$ 35.266 em 31 de dezembro de 2009).

Os dez maiores estabelecimentos comerciais que efetuaram operações de antecipação de recebíveis representaram 31,3% do total da receita de antecipação de recebíveis no trimestre findo em 31 de março de 2010.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (c) Contas a receber da controlada em conjunto Orizon decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- (d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.

O saldo da rubrica “Contas a receber operacional”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
A vencer	1.353.230	1.175.302
Vencidos até 45 dias	<u>2.795</u>	<u>3.482</u>
	<u>1.356.025</u>	<u>1.178.784</u>

O saldo registrado na rubrica “Contas a receber operacional” está líquido da provisão para devedores duvidosos no montante de R\$1.484 em 31 de março de 2010 e de R\$1.457 em 31 de dezembro de 2009.

7. DIREITOS A RECEBER - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se aos direitos a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., contratados em julho de 2003, no montante de US\$500 milhões, dividido em US\$100 milhões e US\$400 milhões, respectivamente, com taxas de juros de 4,777% e 5,911% ao ano e prazo de vencimento de oito anos com amortizações trimestrais e carência de dois anos.

Em 31 de março de 2010, o principal a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A. é de R\$170.097(R\$206.295 em 31 de dezembro de 2009) e está totalmente classificado no ativo circulante em virtude dos prazos de liquidação.

Os juros são recebidos e pagos de forma antecipada, trimestralmente, e estão contabilizados nas rubricas “Juros a receber - securitização no exterior” e “Juros a

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pagar - securitização no exterior”, no montante de R\$2.502 (R\$2.914 em 31 de dezembro de 2009).

Esses direitos foram contratados com as mesmas taxas e prazos da obrigação da Sociedade para com a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman (nota explicativa nº 18).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e estão mantidos no não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31.03.2010	31.12.2009	31.03.2010	31.12.2009
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	129.416	124.338	46.590	44.762
Provisão para despesas diversas	28.799	27.949	10.366	10.065
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	1.556	8.816	560	3.174
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.635	713	589	257
Provisão para perdas com gastos diferidos	-	1.416	-	510
Total	<u>161.406</u>	<u>163.232</u>	<u>58.105</u>	<u>58.768</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final das contingências e dos eventos correlatos. A expectativa de realização dos impostos e das contribuições diferidos é como segue:

2011	33.975
2015	185.536
Total	<u>219.511</u>

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	31.03.2010		31.12.2009
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	696.539	(407.166)	289.373
Equipamentos de processamento de dados	20	28.270	(18.289)	9.981
Máquinas e equipamentos	10	68.599	(65.927)	2.672
Instalações	10	17.173	(10.192)	6.981
Móveis e utensílios	10	6.658	(3.143)	3.515
Veículos	20	<u>1.138</u>	<u>(256)</u>	<u>882</u>
Total		<u>818.377</u>	<u>(504.973)</u>	<u>313.404</u>

(\*) Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, está contabilizada a provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$6.541 e R\$2.851, respectivamente, que está registrada como redutora do saldo da conta.

A movimentação do imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2010 é como segue:

	31.12.2009	Adições/ transferências	Baixas/ reversões	Depreciações	31.03.2010
Equipamentos POS	271.394	56.679	(793)	(37.908)	289.372
Equipamentos de processamento de dados	9.171	1.725	-	(913)	9.983
Máquinas e equipamentos	3.798	(10)	-	(1.119)	2.669
Instalações	7.187	114	(15)	(305)	6.981
Móveis e utensílios	3.585	78	-	(147)	3.516
Veículos	<u>986</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>(58)</u>	<u>883</u>
Total	<u>296.121</u>	<u>58.586</u>	<u>(853)</u>	<u>(40.450)</u>	<u>313.404</u>

Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, existem ativos imobilizados, advindos de operações de arrendamento financeiro, representados apenas por ativos classificados como equipamentos de processamento de dados com valores líquidos de R\$1.228 e R\$2.215, respectivamente. O prazo médio residual de depreciação desses equipamentos é de aproximadamente três anos. As depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, montam a R\$987 e R\$3.988, respectivamente.

Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. ÁGIO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 2 de janeiro de 2008 a CBGS Ltda. subscreveu na controlada em conjunto CBGS 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das cotas representativas do capital social da Orizon pelo montante de R\$71.691, composto pelos ativos líquidos totais de R\$9.188, transferindo o ágio na aquisição dessas controladas originado quando da aquisição de terceiros e gerando um contas a pagar de R\$67.266 a ser integralizado em até dois anos, conforme detalhes na nota explicativa nº 1.

O saldo do ágio no consolidado é apresentado líquido do estorno do ganho não realizado no consolidado pela transferência das cotas do capital social da Orizon no montante de R\$5.880, e também líquido da provisão de "impairment" do ágio constituída durante o exercício de 2008 no montante consolidado de R\$1.956.

Conforme a nota explicativa nº 1, em 16 de março de 2009 a controlada indireta CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social das empresas Prevsaude e Precisa. O valor do investimento registrado contabilmente pela CBGS inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$10.753, o qual está fundamentado na expectativa de lucratividade futura daquelas Sociedades, em face do acréscimo operacional previsto para os próximos anos.

A composição analítica dos ágios em 31 de março de 2010 está apresentada a seguir:

	<u>Ágio</u>	<u>Participação - %</u>	<u>Líquido</u>
CBGS	25.631	100,00	25.631
Prevsaude	7.372	40,95	3.019
Precisa	3.381	40,95	1.384
Lucro não realizado			(5.880)
Provisão para perda			<u>(1.956)</u>
Total			<u>22.198</u>

Não houve movimentação do ágio no trimestre findo em 31 de março de 2010.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	31.03.2010		31.12.2009
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software (*)	20	<u>99.677</u>	<u>(60.805)</u>	<u>38.872</u>

(\*) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante em 31 de março de 2010.

A movimentação do intangível no trimestre findo em 31 de março de 2010 é como segue:

	31.12.2009	Adições/ transferências	Baixas/ reversões	Amortizações	31.03.2010
Software	41.284	1.547	(26)	(3.933)	<u>38.872</u>

As despesas com amortização de intangíveis foram incluídas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

12. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação. Em 31 de março de 2010, os saldos correspondem a R\$23.145.579 (R\$25.963.741 em 31 de dezembro de 2009) e R\$24.181.830 (R\$26.631.263 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

Adicionalmente à prestação de serviço de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões da bandeira VISA, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições, que prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do banco emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões da bandeira VISA e o risco residual da inadimplência

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

dos portadores dos cartões de crédito. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os bancos emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o banco emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição. O sistema de garantias do negócio tem a finalidade de assegurar aos estabelecimentos comerciais que receberão os valores das transações realizadas com cartões da bandeira VISA. Os bancos emissores garantem a Sociedade contra eventual inadimplência dos portadores, e ela garante o estabelecimento contra eventual inadimplência caso o banco emissor sofra intervenção pelo Banco Central do Brasil - BACEN. A Visa International Service Association gerencia o sistema de garantias que são exigidas dos bancos emissores nesse processo, bem como é a garantidora final do sistema, inclusive da Sociedade.

Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade com problemas de inadimplência de bancos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições financeiras, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante, e, portanto, não é contabilizado como passivo.

13. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

O montante de R\$1.036.251 em 31 de março de 2010 (R\$667.522 em 31 de dezembro de 2009) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos portadores dos cartões VISA por intermédio dos bancos emissores e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos. De forma geral, o prazo de recebimento dos emissores é de 27 dias e o prazo médio de liquidação aos estabelecimentos comerciais é de 30 dias a partir da data da transação. Portanto, esse saldo a pagar em 31 de março de 2009 corresponde ao "float" de aproximadamente três dias.

Adicionalmente, no trimestre findo em 31 de março de 2010, a Sociedade recebeu antecipadamente dos bancos emissores o montante de R\$1.013.431; a diferença para os valores inicialmente contratados foi de R\$1.234, registrada na rubrica "Despesas financeiras".

14. FORNECEDORES

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Fornecedores	90.220	66.156
Provisão para pagamento a fornecedores	<u>69.501</u>	<u>50.287</u>
Total	<u>159.721</u>	<u>116.443</u>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	147.765	388.289
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.572	6.098
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.062	5.016
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	13.143	13.928
Programa de Integração Social - PIS	5.236	3.051
Outros tributos a recolher	<u>470</u>	<u>563</u>
Total	<u>174.248</u>	<u>416.945</u>

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Passivo circulante:		
Provisão para despesas diversas	14.719	21.861
Provisão para férias e 13º salário e encargos	20.915	19.503
Participação dos colaboradores e diretores	9.068	36.619
Outros valores a pagar	<u>741</u>	<u>2.058</u>
Total	<u>45.443</u>	<u>80.041</u>
Passivo não circulante-		
Outros valores a pagar	<u>2.708</u>	<u>233</u>

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para contingências

A Administração da Sociedade e de suas controladas constituiu, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos, provisão para contingências para cobrir perdas com os processos fiscais, trabalhistas e cíveis em andamento, cuja chance de desfecho desfavorável foi considerada provável.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação das provisões para contingências no trimestre findo em 31 de março de 2010 está demonstrada a seguir:

	31.12.2009	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2010
Fiscais	484.446	36.625	(16.996)	144	-	504.219
Cíveis	11.368	1.010	(225)	286	(83)	12.356
Trabalhistas	<u>15.764</u>	<u>544</u>	<u>(575)</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>15.741</u>
Total	<u>511.578</u>	<u>38.179</u>	<u>(17.796)</u>	<u>438</u>	<u>(83)</u>	<u>532.316</u>

(i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para contingências no trimestre findo em 31 de março de 2010, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida de “Despesas gerais e administrativas” e “Outras (despesas) receitas operacionais” na demonstração do resultado.

(ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para contingências fiscais em virtude de prescrição ou mudança de opinião quanto ao risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consideram o estágio atual dos processos em andamento em caso de perdas prováveis.

Contingências cíveis - são relacionadas a fraudes ocorridas em processos operacionais de cartão de crédito.

Contingências fiscais - correspondem a divergências de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- PIS - não-cumulatividade - a Sociedade, desde janeiro de 2003, está questionando judicialmente a majoração da alíquota de apuração do PIS para 1,65%. Consequentemente, desde então a diferença entre a alíquota do PIS calculada pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para contingências. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 31 de março de 2010, o valor dessa provisão para contingências é de R\$87.459 e do depósito judicial é de R\$92.244. A ação movida pela Sociedade foi ajuizada na 2ª Vara da Justiça Federal de São Bernardo do Campo, o acórdão transitou em julgado e estão sendo aguardadas a execução da sentença e a conversão do depósito em renda.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- COFINS - não-cumulatividade - a Sociedade e sua controlada Servinet, desde fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da COFINS nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,60%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença de alíquota calculada pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para contingências. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 31 de março de 2010, o valor dessa provisão para contingências é de R\$392.145 e o saldo do depósito judicial é de R\$381.844. A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre importação - em 2003, a Sociedade, por meio de mandado de segurança e da defesa de autos de infração que tratam do desembaraço aduaneiro de equipamentos POS adquiridos no exterior e destinados a integrar o seu ativo imobilizado, pleiteou a não-incidência de ICMS. Em 31 de março de 2010, o valor dessa provisão para contingências é de R\$5.941 e do depósito judicial é de R\$3.040. As ações movidas pela Sociedade foram ajuizadas na 1ª, 3ª, 6ª, 7ª, 10ª, 13ª e 14ª Varas da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e os autos estão aguardando julgamento.
- Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não-apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinado ao FINAM. Aguarda-se distribuição do Recurso Voluntário para Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Em 31 de março de 2010, o valor da provisão para contingências constituída é de R\$11.160.
- IRRF - cartões de incentivos - em 2008, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2005. A Receita Federal do Brasil está requerendo os créditos provenientes de campanhas de marketing de incentivo. Esse processo encontra-se em fase de defesa administrativa. Em 31 de março de 2010, o valor da provisão para contingências constituída é de R\$393.

A Sociedade e suas controladas possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para contingências constituídas em 31 de março de 2010 no montante de R\$7.120.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 2015.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, em 31 de março de 2010, a Sociedade e suas controladas possuem ações fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de possíveis perdas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Fiscais	89.447
Cíveis	127.459
Trabalhistas	<u>15.649</u>
Total	<u>232.555</u>

Os riscos com ações cíveis referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas possíveis. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas para prováveis ou remotas, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações trabalhistas similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral, considerando o histórico de perda.

b) Depósitos judiciais - ativo não circulante

A Sociedade mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	<u>31.03.2010</u>
Fiscais	486.480
Cíveis	1.431
Trabalhistas	<u>1.829</u>
Total	<u>489.740</u>

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se à operação de securitização descrita nas notas explicativas nº 1 e nº 7, representando a obrigação de a Sociedade entregar os direitos creditórios denominados em moeda estrangeira gerados ou a serem gerados por ela contra a Visa International Service Association, decorrente, principalmente, de operações de compra de

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

bens/serviços com cartões de crédito e de débito de bandeira VISA nos estabelecimentos comerciais brasileiros realizadas por pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior, que foram objeto de contrato de cessão de fluxo futuro de direitos creditórios para a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman, que emitiu títulos no mercado internacional, lastreados nos recebíveis cedidos pela Sociedade.

Conforme as disposições do contrato multilateral (“Indenture”) firmado para viabilizar a emissão, a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited pagará a totalidade de suas obrigações referentes à operação de securitização, por meio do fluxo de recebíveis denominados em moeda estrangeira contra a Visa International Service Association.

Os bancos participantes dessa operação (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) firmaram acordo de garantia cruzada pelo qual, no caso de inadimplência de um deles, a outra parte garante a operação, tendo o direito de exercer a opção de compra de ações sobre o total ou uma porção da participação do banco inadimplente no capital social da Sociedade.

A amortização da parcela registrada no passivo circulante em 31 de março de 2010 tem vencimento até o ano 2011, sendo o cronograma de pagamentos das parcelas do curto prazo igual ao divulgado na nota explicativa nº 7.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social e reserva de capital

O capital social em 31 de março de 2010 está representado por 1.364.783.800 ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado no item d) a seguir, com a recompra de 4.532.300 ações em 2009, a quantidade de ações em circulação em 31 de março de 2010 é de 1.360.251.500.

### b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido no encerramento do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2010, foi deliberada a distribuição do saldo de lucros, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$718.881, dos quais R\$9.741 foram distribuídos a título de juros sobre o capital próprio e R\$709.140 a título de dividendos. Esses valores foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2010.

c) Reserva de lucros - legal

A rubrica “Reserva de lucros - legal” representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de março de 2010, o saldo dessa reserva é de R\$15.076.

c) Lucros acumulados

Em 31 de março de 2010, o saldo da conta “Lucros acumulados”, de R\$593.594, é composto pelo lucro do trimestre findo naquela data, de R\$440.213, e pela parcela remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de R\$153.381, cuja destinação será apresentada pelos administradores da Sociedade em Assembleia Geral a ser realizada em 30 de abril de 2010.

d) Ações em tesouraria

Em 23 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 17 do seu Estatuto Social, aprovou a aquisição de até 6.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 180 dias a partir dessa data, com encerramento, portanto, no dia 21 de maio de 2010. Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2010, não houve recompra de ações.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. LUCRO POR AÇÃO

a) Movimentação do número de ações ordinárias

<u>Ações emitidas</u>	<u>Ordinárias</u>
Ações em 31 de dezembro de 2007 (*)	1.349.209.300
Emissão de novas ações em 23 de janeiro de 2008 (*)	15.380.986
Emissão de novas ações em 25 de junho de 2008 (*)	<u>193.514</u>
Ações em 31 de dezembro de 2008	1.364.783.800
Recompra de ações para tesouraria - 26 e 27 de novembro de 2009	(513.100)
Recompra de ações para tesouraria - 1º a 15 de dezembro de 2009	<u>(4.013.200)</u>
Ações em 31 de março de 2010	<u>1.360.257.500</u>

(\*) Considerando o desdobramento de ações de 1 para 2 ocorrido em 22 de setembro de 2008.

b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 - "Earnings per Share", as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e o diluído.

Lucro básico

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	440.213	333.199
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>1.360.257</u>	<u>1.364.784</u>
Lucro por ação (em R\$) - básico	<u>0,3236</u>	<u>0,2441</u>

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Lucro diluído

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	440.213	333.199
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.360.257	1.364.784
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>810</u>	<u>-</u>
Total (em milhares)	<u>1.361.067</u>	<u>1.364.784</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>0,3234</u>	<u>0,2441</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, o detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Despesas com pessoal	(60.352)	(47.189)
Depreciações e amortizações	(44.383)	(37.140)
Serviços profissionais	(163.190)	(140.578)
Outras despesas	<u>(82.979)</u>	<u>(87.305)</u>
Total	<u>(350.904)</u>	<u>(312.212)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(251.658)	(212.176)
Despesas de pessoal	(36.671)	(28.124)
Despesas gerais e administrativas	(38.965)	(29.056)
Marketing	(21.504)	(11.434)
Outras despesas operacionais	<u>(2.106)</u>	<u>(31.422)</u>
Total	<u>(350.904)</u>	<u>(312.212)</u>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. FILIAL NO EXTERIOR

A Sociedade efetua operações (nota explicativa nº 1) por meio de sua filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais. O saldo das contas patrimoniais e do resultado das operações dessa filial, em 31 de março de 2010, consolidado com as contas da Sociedade (matriz), após eliminações, é o seguinte: ativos circulante e não circulante de R\$179.420 (R\$215.800 em 31 de dezembro de 2009), passivos circulante e não circulante de R\$172.599 (R\$209.271 em 31 de dezembro de 2009) e patrimônio líquido de R\$6.821 (R\$6.529 em 31 de dezembro de 2009). O lucro líquido do trimestre findo em 31 de março de 2010 foi de R\$292 (R\$457 em 31 de março de 2009).

No trimestre findo em 31 de março de 2010, o ganho da variação cambial sobre a tradução das informações financeiras da filial em Grand Cayman, de R\$147 (R\$246 em 31 de março de 2009), foi registrado na rubrica “Resultado financeiro”.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos emissores, que são conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores detêm participação social, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet e pela Orizon.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arms-length basis”).

As tabelas a seguir incluem o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para os saldos em aberto:

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31.03.2010					31.12.2009
	Acionistas					Total
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Banco Santander S.A.	Outros	Total	
Ativos (passivos):						
Aplicações financeiras (a)	2.195	44.614	103.475	14.477	164.761	499.629
Contas a receber operacional:						
Serviços de prevenção à fraude	133	160	106	6	405	489
Serviços de trava de domicílio bancário	598	95	314	501	1.508	1.470
Direitos a receber - securitização no exterior (b)	95.588	77.011	-	-	172.599	209.209
Outras obrigações - comissão de afiliação e outras obrigações	-	-	-	-	-	(1.115)
	31.03.2010					31.03.2009
	Acionistas					Total
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Banco Santander S.A.	Outros	Total	
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	749	4.404	2.275	1.060	8.488	20.223
Receitas de prevenção à fraude	381	447	300	116	1.244	2.138
Receitas de trava de domicílio bancário	1.602	259	889	1.322	4.072	13.240
Despesas:						
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(2.040)	(2.193)	(774)	(1.008)	(6.015)	(8.579)
Acordo de investimento com a CBGS	-	-	-	-	-	(27.418)
Acordo para pagamentos de verba de incentivo (c)	-	-	-	(1.795)	(1.795)	(5.214)
Contrato de seguro coletivo empresarial de assistência médica, hospitalar e odontológica	(2.712)	-	-	-	(2.712)	(1.688)
Contrato de previdência privada (d)	(302)	(351)	(252)	-	(905)	(999)
Contrato de seguro de vida coletivo empresarial	-	-	(180)	-	(180)	(149)

(a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.

(b) Vide nota explicativa nº 7.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (c) Pagamento de incentivo a emissores de acordo com metas contratadas relacionadas à emissão de cartões com bandeira VISA.
- (d) Vide nota explicativa nº 33a).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	681.902	521.180
Alíquotas vigentes - 34%	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(231.847)	(177.201)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	3.312	-
Efeito de diferenças permanentes, líquidas (*)	<u>(13.154)</u>	<u>(10.780)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(241.689)</u>	<u>(187.981)</u>
Correntes	(239.200)	(211.581)
Diferidos	(2.489)	23.600

- (\*) Representado substancialmente por provisões para contingências permanentemente indedutíveis na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, nem em derivativos nem em

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

nenhum outro ativo de risco.

- a) Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacional, direitos a receber e obrigações a pagar de securitização no exterior, contas a pagar a estabelecimentos e fornecedores. Em 31 de março de 2010, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	<u>31.03.2010</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Caixa e equivalentes de caixa	171.456	171.456
Contas a receber operacional	1.356.025	1.356.025
Direitos a receber - securitização no exterior	170.097	176.045
Obrigações a pagar - securitização no exterior	170.044	176.044
Fornecedores	159.721	159.721
Contas a pagar a estabelecimentos	1.036.251	1.036.251

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

- b) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de “default” dessas instituições.

Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor.

O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

do sistema ou perde essa condição.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não-recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

O sistema da bandeira VISA também prevê a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data da realização da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões VISA no ponto-de-venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

c) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d) Risco de taxa de câmbio

Os gastos efetuados por estrangeiros no Brasil com os cartões VISA são creditados pela Visa International Service Association à Sociedade no dia seguinte, convertidos em dólares norte-americanos pela PTAX de compra fixada pelo BACEN na data de realização dos gastos.

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos a receber convertidos pela mesma taxa de câmbio, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não existem outras operações significativas em moeda estrangeira que possam causar variações relevantes no resultado da Sociedade, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os demais ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2010, a exposição líquida ao risco da taxa de câmbio em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

Ativo:	<u>US\$ mil</u>
Caixa e bancos	2.195
Aplicações financeiras	1.375
Direitos a receber - securitização no exterior	<u>95.520</u>
	<u>99.090</u>
Passivo:	
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(4.063)
Obrigações a pagar - securitização no exterior	<u>(95.520)</u>
	<u>(99.583)</u>
Posição vendida de dólares norte-americanos	<u><u>(493)</u></u>

e) Risco de taxa de juros

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

f) Análise sensitiva de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de março de 2010, estimando um aumento ou uma redução de 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas financeiras de aproximadamente R\$2.069 e R\$4.137, respectivamente. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticos nas taxas de juros sobre o saldo médio das aplicações financeiras em 2010.

g) Derivativos

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2010, a Sociedade não manteve

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

operações com instrumentos financeiros derivativos.

h) Instrumentos financeiros por categoria

31 de março de 2010

<u>Ativos</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	171.456
Contas a receber operacional	1.356.025
Direitos a receber - securitização no exterior	<u>170.097</u>
Total	<u>1.697.578</u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>
<u>Passivos</u>	
Contas a pagar a estabelecimentos	1.036.251
Fornecedores	159.721
Obrigações a pagar - securitização no exterior	<u>170.044</u>
Total	<u>1.366.016</u>

31 de dezembro de 2009

<u>Ativos</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	514.280
Contas a receber operacional	1.178.784
Direitos a receber - securitização no exterior	<u>209.209</u>
Total	<u>1.902.273</u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>
<u>Passivos</u>	
Contas a pagar a estabelecimentos	667.522
Fornecedores	116.443
Obrigações a pagar - securitização no exterior	<u>209.270</u>
Total	<u>993.235</u>

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito da bandeira VISA. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a) Contratos de aluguel

Em 31 de março de 2010, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel:

Ano

2010 (a partir de abril)	4.602
2011	6.409
2012	<u>6.730</u>
Total	<u>17.741</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações) e logística

Em 31 de março de 2010, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística:

Ano

2010 (partir de abril)	450.123
2011	605.557
2012	<u>635.835</u>
Total	<u>1.691.515</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$128.814. Para telecomunicações, os contratos variam conforme a demanda operacional, não sendo possível estabelecer um prazo médio, havendo uma multa rescisória média de R\$9.300. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$10.928.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009 foram registrados na rubrica “Despesas de pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Colaboradores	7.452	4.538
Administradores	<u>1.616</u>	<u>896</u>
Total	<u>9.068</u>	<u>5.434</u>

28. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

	<u>31.03.2010</u>				
	<u>Remuneração</u>			<u>Outorga de opções</u>	
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>	<u>Saldo de opções (a)</u>	<u>Preço de exercício (b)</u>
Diretores estatutários	840	6.055	6.895	1.432.900	12,99
Conselho de Administração	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.019</u>	<u>6.055</u>	<u>7.074</u>	<u>1.432.900</u>	<u>12,99</u>

(a) Refere-se à quantidade de opções outorgadas e não exercidas até 31 de março de 2010.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício das opções à época das outorgas.

A remuneração global anual dos administradores de 2010 será fixada na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.274	20.226
Juros sobre postergação de recebíveis	2.710	1.742
Juros de securitização no exterior	3.566	7.505
Reversão de multa e juros de contingências	9.590	3.304
Outras receitas financeiras	<u>201</u>	<u>43</u>
	<u>24.341</u>	<u>32.820</u>
Despesas financeiras		
Juros de securitização no exterior	(3.566)	(7.505)
Juros de mora e multas	(34)	(984)
Multas e juros de contingências	(6.724)	(2.742)
Juros sobre antecipação de intercâmbio	(1.234)	(1.250)
Outras despesas financeiras	<u>(676)</u>	<u>(643)</u>
	<u>(12.234)</u>	<u>(13.124)</u>
Receita com antecipação de recebíveis-		
Antecipação de recebíveis	73.254	56.608
Despesa de ajuste a valor presente-		
Ajuste a valor presente do contas a receber (a)	<u>(6.223)</u>	<u>(34.649)</u>
	<u>67.031</u>	<u>21.959</u>
Variação cambial, líquida (b)	<u>559</u>	<u>445</u>
Total	<u>79.697</u>	<u>42.100</u>

(a) Conforme descrito na nota explicativa nº 6.(a), o ajuste a valor presente registrado nas demonstrações financeiras interinas consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram aquelas contratadas nas operações e são de até 4,2% ao mês.
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

são consignadas ao resultado do trimestre.

- (b) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, da operação de securitização no exterior e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representada por receita no montante de R\$2.061 (R\$55.860 em 31 de março de 2009) e despesa no montante de R\$1.502 (R\$55.415 em 31 de março de 2009).

30. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Multa por distrato com prestador de serviços (a)	-	(32.078)
Baixa por "impairment" do intangível	-	(8.828)
Baixa de créditos incobráveis	(3.986)	(2.443)
Reversão de provisão para contingências (b)	8.206	-
Provisão para perda com equipamentos POS inativos	(3.690)	(2.936)
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>(2.636)</u>	<u>14.863</u>
Total	<u>(2.106)</u>	<u>(31.422)</u>

- (a) Refere-se a multa contratual estabelecida por distrato com prestador de serviços.  
(b) Refere-se a reversão da provisão para contingências sobre auto de infração.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de março de 2010, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	95.010
Incêndio	20.000
Vendaval e fumaça	1.500
Danos elétricos	1.500
Equipamentos eletrônicos	1.500
Roubo	500
Alagamento e inundação	3.000
Lucros cessantes	8.502
Veículos	600
Outros	1.400

32. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 22 de setembro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade. Esse plano foi ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 1º de junho de 2009 e tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. O prazo de vigência para o exercício da opção é de cinco anos contados da outorga aprovada pelo Conselho de Administração. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho e 23 de setembro de 2009, foram aprovadas a primeira e segunda outorgas de opção de compra de ações ordinárias, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas após um ano da data da outorga.

02173-3 CIELO S.A 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Data de outorga	Quantidade de ações			Preço de exercício (R\$)	Prazo de carência	Valor justo das opções R\$ por ação
	Outorgadas	Canceladas	Saldo			
01/07/09	2.848.700	(242.900)	2.605.800	11,25 (a)	5 anos	5,50
23/09/09	<u>551.200</u>	<u>-</u>	<u>551.200</u>	16,84 (b)	5 anos	5,05
Total	<u>3.399.900</u>	<u>(242.900)</u>	<u>3.157.000</u>			

(a) Corresponde a 75% do valor de lançamento das ações da Sociedade na primeira distribuição pública de ações.

(b) Corresponde à média ponderada dos pregões compreendidos entre 7 de agosto e 18 de setembro de 2009.

Para determinar o valor justo das opções pelo modelo de precificação Black & Scholes, a Sociedade utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em julho de 2009	Outorga em setembro de 2009
“Dividend yield”	6,66%	6,66%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	36,67%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do trimestre e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelo prazo de até 36 meses. No trimestre findo em 31 de março de 2010 foi reconhecida despesa de R\$2.615, registrada na rubrica “Despesas de pessoal”.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no trimestre findo em 31 de março de 2010, em despesas de contribuições no montante de R\$905 (R\$1.264 em 31 de março de 2009), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

b) As despesas com Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, no trimestre findo em 31 de março de 2010, montaram a R\$7 (R\$211 em 31 de março de 2009), contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERINAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras interinas consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 28 de abril de 2010.

35. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA (NÃO REQUERIDA PELO IFRS)

De acordo com a Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, devem ser divulgados na forma de reconciliação os efeitos dos eventos que ocasionaram diferença entre os montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à controladora.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009, não foram apuradas diferenças entre BR GAAP e IFRS.

---

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## MARGEM EBITDA AJUSTADA RECORDE DE 70% E MARGEM LÍQUIDA DE 43% MARCAM O 1º TRIMESTRE DE 2010

**Barueri, 29 de abril de 2010** – A Cielo S.A. (Bovespa: CIEL3 / OTC: CIOXY), anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2010. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentadas de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board).

### DESTAQUES DO 1T10 x 1T09

- Aumento de **23,2%** no **Volume Financeiro de Transações** em relação ao 1T09, atingindo **R\$ 58,8 bilhões**;
- Crescimento de **25,4%** na **Receita Operacional Líquida**, atingindo **R\$ 1.020,1 milhões**;
- Crescimento de **32,6%** do EBITDA Ajustado em relação ao 1T09 para **R\$ 713,6 milhões**, e **1,9%** em relação ao 4T09;
- Margem EBITDA Ajustada de **70,0%** no 1T10, com crescimento de 3,8 p.p em comparação ao 1T09;
- Crescimento de **32,1%** no **Lucro Líquido** em relação ao 1T09, atingindo **R\$ 440,2 milhões** e estável com relação ao 4T09;
- Margem Líquida de **43,2%** com crescimento de 2,2 p.p. em relação ao 1T09;
- Mais de **1,7** milhão de Estabelecimentos Credenciados, cobrindo **97,6%** dos municípios brasileiros;
- Cielo anunciou em 29 de março de 2010 que está pronta para processar transações com cartões da bandeira **Mastercard** a partir de 1º de julho de 2010;
- No final do mês de março a Companhia lançou a nova campanha de **marketing intitucional** sob o tema "**Cielo, Nada Supera esta Máquina**";
- Desde março de 2010 a Cielo possui **ADRs Nível 1** sendo negociados no mercado de balcão norte americano sob o código **CIOXY**. Até 31/03/2010 já havia sido emitidos 3,1 milhões de títulos;
- Como evento subsequente, no dia 23/04/2010, **Bradesco** e **Banco do Brasil** apresentaram **proposta para aquisição** da participação do Santander na Companhia, passando a deter, cada um deles, **28,65%** do capital social da Cielo, após a conclusão da operação.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Destaques Operacionais e Financeiros	1T10	1T09	4T09	1T10 X 1T09	1T10 X 4T09
<b>Cartões de Crédito e Débito</b>					
Volume Financeiro de transações (R\$ milhões)	58.771,1	47.707,0	61.553,3	23,2%	-4,5%
Quantidade de transações (milhões)	927,6	788,5	962,7	17,6%	-3,6%
Taxa Líquida de desconto (bps)	125	124	125	1	-
<b>Cartões de Crédito</b>					
Volume financeiro de transações (R\$ milhões)	37.558,3	30.498,2	37.961,2	23,1%	-1,1%
Quantidade de transações (milhões)	540,1	460,9	549,0	17,2%	-1,6%
Taxa Líquida de Desconto( bps)	148	147	150	1	-2
<b>Cartões de Débito</b>					
Volume financeiro de transações (R\$ milhões)	21.212,8	17.208,8	23.592,1	23,3%	-10,1%
Quantidade de transações (milhões)	387,5	327,6	413,7	18,3%	-6,3%
Taxa Líquida de Desconto( bps)	84	82	84	2	-
<b>Receita Operacional Líquida Ajustada (R\$ milhões)</b>	<b>1.020,1</b>	<b>813,3</b>	<b>1.027,2</b>	<b>25,4%</b>	<b>-0,7%</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>440,2</b>	<b>333,2</b>	<b>442,0</b>	<b>32,1%</b>	<b>-0,4%</b>
% Margem Líquida	43,2%	41,0%	43,0%	2,2 p.p	0,2 p.p
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>713,6</b>	<b>538,2</b>	<b>700,6</b>	<b>32,6%</b>	<b>1,9%</b>
% Margem EBITDA Ajustada	70,0%	66,2%	68,2%	3,8 p.p.	1,8 p.p

## CENÁRIO MACROECONÔMICO E MERCADO DE CARTÕES

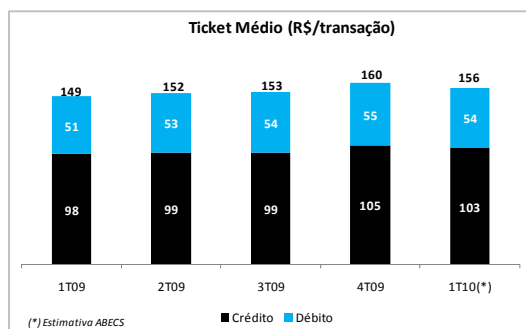
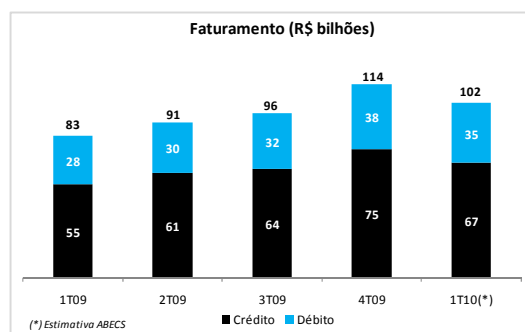
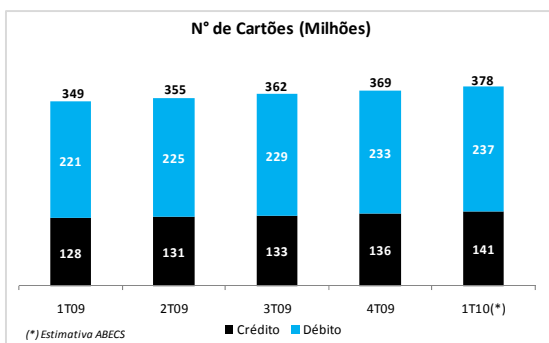
O atual ciclo de crescimento da economia brasileira segue sustentado pelo desempenho da demanda interna, impulsionada pelo dinamismo do consumo, refletindo a melhora no mercado de crédito, as medidas de incentivo fiscal e conseqüentemente pela recuperação mais recente dos investimentos. Esta retomada da atividade econômica brasileira foi ratificada pelo aumento de 2,0% do PIB no último trimestre de 2009, enquanto a maioria dos países apresentou taxa negativa. Esta trajetória deverá ser beneficiada pela melhora continuada das expectativas dos empresários que refletirá no crescimento dos investimentos.

Tal melhora na atividade econômica também pode ser observada no mercado de trabalho, com destaque para a taxa média de desemprego, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, que atingiu 7,1% em janeiro de 2010, sendo o menor nível desde 2002. Evidenciando a manutenção da trajetória positiva e refletindo a melhora nas condições de oferta de crédito, no mercado de trabalho e, por consequência, no nível de confiança dos consumidores, os indicadores do comércio varejista seguem em uma tendência de crescimento, atingindo uma variação positiva de 12,3% em fevereiro de 2010 em comparação com fevereiro de 2009.

Os fatores macroeconômicos, principalmente crédito, desemprego e consumo das famílias, constituem o cenário favorável para o desenvolvimento da indústria de cartões brasileira. Segundo estimativas da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), o número de cartões emitidos no mercado brasileiro atingiu 378 milhões (excluindo *private label*), um incremento de 6,5% na comparação anual. Ainda de acordo com as projeções da ABECS, durante o 1T10, foram assinaladas 1,4 bilhão de transações com cartões, equivalente a R\$ 102,5 bilhões de faturamento da indústria, representando uma evolução de 17,3% e 23,1%, respectivamente, também excluindo as operações de *private label*. Seguindo a evolução do uso de cartões como meio de pagamento, o ticket médio por transação também apresenta crescimento, passando de R\$

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

149/transação no 1T09 para R\$ 156/transação no 1T10, crescimento de R\$ 7/transação na comparação.



12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

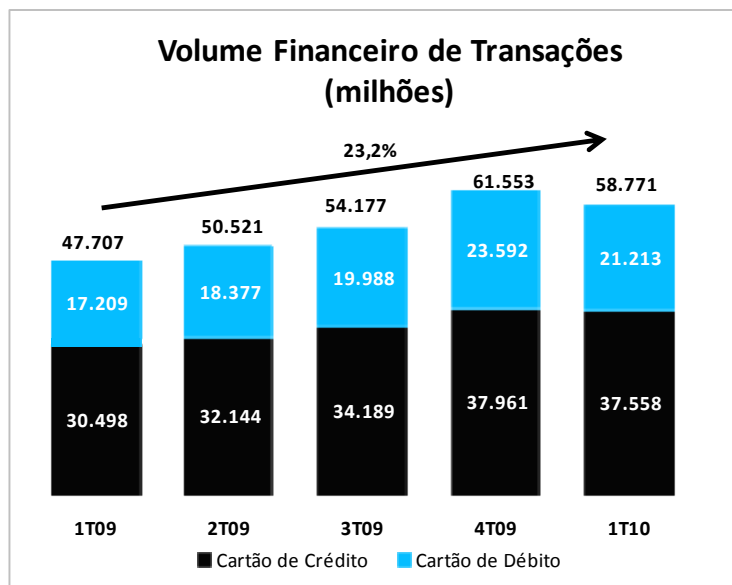
## DESEMPENHO OPERACIONAL – 1T10

### Volume Financeiro de Transações

No 1T10, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 58,8 bilhões, representando um acréscimo de 23,2% quando comparado aos R\$ 47,7 bilhões no mesmo período em 2009.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas pela Cielo totalizou R\$ 37,6 bilhões no 1T10, o que representou um crescimento de 23,1% em relação ao 1T09.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas pela Cielo totalizou R\$ 21,2 bilhões no 1T10, o que representou um crescimento de 23,3% em relação ao 1T09. Destacamos a performance do produto AgroCard, que no mesmo período cresceu 47,7%, atingindo o patamar de R\$ 435,0 milhões em Volume Financeiro de Transações no trimestre. Excluindo o efeito do produto Agrocard, nosso Volume Financeiro de Transações com cartões de débito teria sido R\$ 20,8 bilhões com um crescimento de 22,7% em relação ao mesmo período de 2009.



### Cobertura Geográfica e Estabelecimentos Atendidos

Presente em todo o território nacional, a Cielo encerrou o trimestre em 5.432 dos 5.564 municípios brasileiros, uma cobertura de 97,6%. A Cielo fechou o 1T10 com uma base final de 1,759 milhão de ECs credenciados, sendo que deste total, 1,129 milhão estão ativos (pelo menos uma transação nos últimos 60 dias), um aumento de 12,5% em relação ao 1T09. Na comparação com o 4T09, o

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

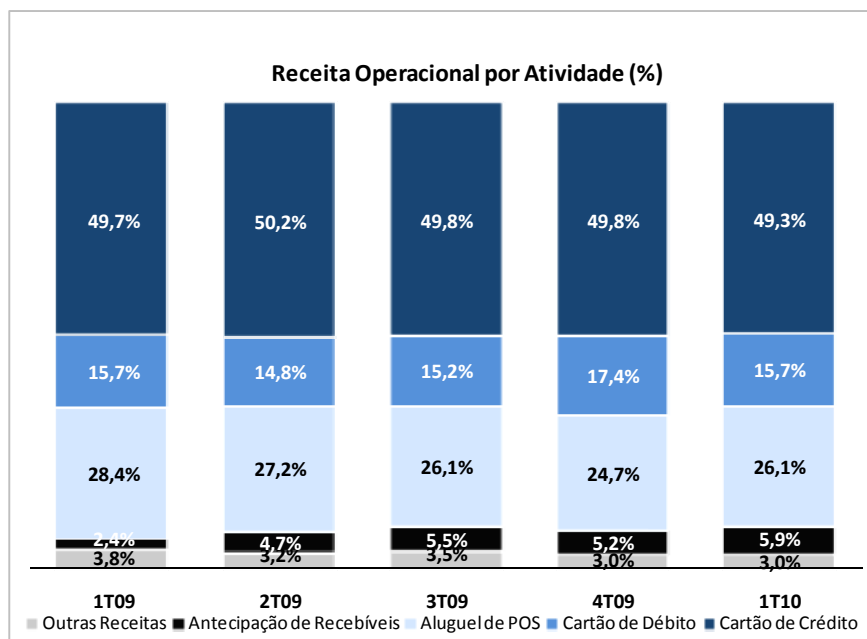
número ficou praticamente estável, sendo este um fator comum, pois, no 1T10 observa-se atividade mais comprimida.

ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS	1T10	1T09	4T09	1T10 X 1T09	1T10 X 4T09
Total de Estabelecimentos Comerciais Credenciados( mil)	1.759	1.466	1.706	20,0%	3,1%
Ecs Ativos em 180 dias( mil)	1.211	1.074	1.207	12,8%	0,3%
Ecs Ativos em 60 dias( mil)	1.129	1.004	1.133	12,5%	-0,4%

DESEMPENHO FINANCEIRO – 1T10

Receita Operacional + Financeira Líquida

As principais fontes de receitas da Cielo são decorrentes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além das receitas com aluguel de POS e de antecipação de recebíveis aos seus clientes. Abaixo pode-se verificar a evolução da importância relativa de cada uma dessas fontes:



No 1T10 a receita operacional líquida + receita proveniente das operações de antecipação de recebíveis atingiu R\$ 1.020,1 milhões, representando um crescimento de 25,4% sobre o mesmo período de 2009.

- Receita de transações com **cartão de crédito** totalizou R\$ 556,2 milhões no 1T10, montante 23,9% superior ao observado no 1T09, que foi de R\$ 448,9 milhões. O incremento observado deve-se principalmente pela ligeira elevação da taxa média de

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

desconto que foi de 148 bps no trimestre (147 bps no 1T09) aplicada sobre um volume de transação superior em 23,1% na mesma comparação.

- Receita de transações com **cartão de débito** cresceu 25,1% quando comparado ao mesmo período de 2009, alcançando R\$ 177,2 milhões. Assim como no crédito, esse aumento é reflexo da ligeira elevação da taxa média de desconto que foi de 84 bps no 1T10 (82 bps no 1T09) também aplicada sobre um volume maior de transações, que neste caso cresceu 23,3% em comparação com o mesmo período de 2009. Importante destacar que o crescimento do produto AgroCard, que é específico para o segmento agrícola e ainda está fase de maturação, também contribuiu para o incremento desta linha de receita.
- Receita de **aluguel de equipamentos** (POS) atingiu R\$ 294,5 milhões, valor 14,9% superior ao registrado no mesmo período de 2009. Esse resultado ocorreu principalmente devido ao crescimento de 25,2% da base de Equipamentos de Captura em função do aumento do número de Estabelecimentos Credenciados e pela redução no preço médio de aluguel de 8,4%. Em 31 de março de 2010 a base de equipamentos de captura (POS) totalizava 1,641 milhão de unidades. Na análise trimestral, na qual observa-se um incremento de apenas 0,7% na quantidade de equipamentos, o aluguel médio cresce de R\$ 57,7/POS no 4T09 para R\$ 59,8/POS no 1T10.

Nº POS (mil)	1T10	1T09	4T09	1T10X1T09	1T10X4T09
# POS Total	1.641	1.310	1.630	25,2%	0,7%
Aluguel Médio (R\$/POS Instalado)	59,8	65,2	57,7	-8,4%	3,7%

- A linha de Outras Receitas, totalizou R\$ 33,7 milhões, uma redução de 3,0% quando comparado ao mesmo período de 2009, devido principalmente a queda no volume de trava realizada. Outras fontes destas receitas são provenientes de serviços de captura de Transações de cartões de benefício (*voucher*) e de Transações com cartões *Private Label* híbrido realizadas nos próprios estabelecimentos emissores. Neste caso provemos o serviço de VAN (*Value Added Network*), ou seja, apenas transferimos as transações capturadas. Atualmente já operamos com mais de 89 cartões *Private Label*.

### Antecipação de Recebíveis

Com o objetivo de auxiliar o mercado na análise do desempenho do negócio, desde o 4T09 a Cielo adotou um novo formato de apresentação do resultado da antecipação de recebíveis, ou seja, apresentamos a receita sem o ajuste a valor presente considerado.

Antecipação de Recebíveis	1T09	2T09	3T09	4T09	1T10
% Antecipação s/ Volume Financeiro de Crédito	5,6%	4,6%	4,7%	5,3%	5,8%
Volume Financeiro das Antecipações (R\$ Milhões)	1.699.999	1.466.457	1.604.697	2.009.419	2.193.315
Prazo Médio (dias)	51,3	48,5	54,5	61,6	66,1
Receita com antecipação de recebíveis (R\$ Milhões)	56.597	46.302	49.721	65.518	73.254

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O Volume Financeiro de transações antecipadas no 1T10 foi de R\$ 2,2 bilhões, representando 5,8% da carteira total de crédito *versus* 5,3% no 4T09. A receita de prepagamento somou R\$ 73,3 milhões no trimestre, representando um crescimento de 11,8% em relação ao último trimestre de 2009 e 29,4% em relação ao 1T09. O valor do ajuste a valor presente do Contas a Receber destas operações foi R\$ 6,2 milhões no 1T10 (R\$ 6,4 milhões no 4T09), totalizando uma receita financeira líquida de R\$ 67,0 milhões neste trimestre, sendo 13,4% maior que a observado no 4T09.

A taxa média de crescimento por trimestre no período compreendido entre o 1T10 e o 1T09 do volume financeiro das antecipações foi de 6,6% e da receita com antecipação de recebíveis de 6,7% na mesma análise. Desconsiderando uma operação pontual e fora dos padrões do *ticket médio*, realizada no 1T09, o volume antecipado teria crescido 12,1% enquanto as receitas aumentariam em 10,4%, na mesma análise de crescimento médio por trimestre para o período 1T10 e 1T09.

O *ticket médio* destas operações ao longo do 1T10 foi de R\$ 3,0 mil enquanto que no 1T09 este valor era de R\$ 5,4 mil (R\$ 4,5 mil desconsiderando a operação pontual realizada naquele trimestre). Outro fator de destaque no produto de prepagamento é o alongamento do prazo médio que saltou de 51,3 dias no final de março de 2009 para 66,1 dias no final deste trimestre.

Com pouco mais de um ano de operação, aproximadamente 75% da quantidade de operações de antecipação de recebíveis são realizadas de forma automática, por meio dos canais de URA (telefone), de Website e Automático, o que demonstra a evolução do negócio dentro do portfólio de produtos oferecidos pela Companhia.

### **Custo dos Serviços Prestados**

O custo dos serviços prestados inclui todos os gastos relacionados à operação da Companhia e varia em função da quantidade de transações capturadas e do número de equipamentos de captura (POS).

O custo dos serviços prestados foi superior em R\$ 39,5 milhões, ou 18,6%, totalizando R\$ 251,7 milhões no primeiro trimestre de 2010, comparado a R\$ 212,2 milhões no mesmo período de 2009. Importante destacar que em termos relativos, os custos da Cielo sofreram ligeira queda, passando de 26,8% da receita operacional líquida sem considerar a receita de antecipação de recebíveis no 1T09, para 26,4% no final de março de 2010.

O aumento nominal nos custos ocorreu principalmente em função de: (i) aumento de R\$ 19,3 milhões das tarifas pagas à bandeira Visa, para R\$ 33,9 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010, comparado a R\$ 14,6 milhões no mesmo período de 2009, como consequência da renegociação do contrato com a bandeira e pelo crescimento no volume financeiro das transações com cartões de crédito e débito e (ii) aumento de R\$ 10,3 milhões, ou 30,7%, dos custos com depreciação de equipamentos de captura (POS) para R\$ 43,7 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010, comparado a R\$ 33,4 milhões no mesmo período de 2009. Esse aumento ocorreu substancialmente pelo crescimento de 25,2% da base de equipamentos de captura, pela redução na idade média do parque e pela oferta de equipamentos mais modernos cujo valor é mais elevado.

O custo unitário por transação no 1T10 foi de R\$ 0,271, considerando a atual estrutura de tarifas da bandeira, valor estável em comparação ao mesmo período de 2009. Considerando a estrutura

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

---

de tarifa equivalente ao 1T09, o custo unitário teria diminuído 6,3%, ficando em R\$ 0,254 por transação.

## Receitas (Despesas) Operacionais

As despesas operacionais da Companhia incluem despesas de pessoal, despesas gerais e administrativas, despesas com marketing e outras despesas operacionais.

As despesas operacionais diminuíram R\$ 0,8 milhões, ou 0,8%, para R\$ 99,2 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010, comparado a R\$ 100,0 milhões no mesmo período de 2009. Com relação ao 4T09 esta redução foi de 16,4%.

**Despesas de pessoal** aumentaram 30,4% para R\$ 36,7 milhões, devido, principalmente, a parte variável da remuneração de pessoal, representada pelo plano de participação nos resultados e *stock option*, o que reflete o novo posicionamento estratégico adotado pela Companhia para atração e retenção de talentos. A remuneração variável foi responsável por 71% do aumento observado. Além disso, o reajuste nos salários definido pelo acordo com o sindicato no final de 2009 também contribuiu para este incremento.

**Despesas gerais e administrativas** aumentaram 50,9% para R\$ 38,3 milhões devido principalmente as despesas relacionadas à preparação da Companhia para o novo cenário competitivo, como sistemas operacionais e novas tecnologias, que não foram diferidas.

**Despesas de marketing** aumentaram 88,1% para R\$ 21,5 milhões, refletindo o aumento das despesas com marketing institucional em função da mudança do nome para Cielo e consequente necessidade de posicionamento da nova marca, além da campanha publicitária lançada no final de março, preparando para o momento de transição do mercado.

**Outras despesas operacionais líquidas** diminuíram 93,3% para R\$ 2,1 milhões. A redução deve-se ao fato de que no 1T09 esta rubrica sofreu um incremento de R\$ 32,1 milhões, totalizando R\$ 31,4 milhões. O aumento naquele trimestre é relativo à multa contratual estabelecida pela renúncia parcial ao Contrato de Prestação de Serviços com a EDS ocorrida em 30 de março de 2009. Além disso, é necessário esclarecer que no 1T10 foi estornado um montante de R\$ 5,8 milhões referente a provisões para contingências tributárias.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**EBITDA Ajustado**

EBITDA Ajustado( R\$ milhões)	1T10	1T09	4T09	1T10 X 1T09	1T10 X 4T09
Lucro Líquido	440,2	333,2	442,0	32,1%	-0,4%
Resultado Financeiro	(79,7)	(42,1)	(65,9)	89,3%	20,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	241,7	188,0	221,9	28,6%	8,9%
Depreciação e Amortização	44,4	37,1	43,5	19,7%	2,1%
<b>EBITDA</b>	<b>646,6</b>	<b>516,2</b>	<b>641,5</b>	<b>25,3%</b>	<b>0,8%</b>
% Margem EBITDA	63,4%	63,5%	62,5%	-0,1 p.p.	0,9 p.p
Antecipação de Recebíveis*	67,0	22,0	59,1	204,5%	13,4%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>713,6</b>	<b>538,2</b>	<b>700,6</b>	<b>32,6%</b>	<b>1,9%</b>
% Margem EBITDA Ajustado	70,0%	66,2%	68,2%	3,8 p.p.	1,8 p.p

\* ARV + Despesa de Ajuste a valor presente

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 713,6 milhões no 1T10, 32,6% maior do que o observado no 1T09. O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido recorrente antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro (exceto os ganhos nas operações de antecipação de recebíveis).

**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro, excluindo-se a operação de antecipação de recebíveis, diminuiu R\$ 7,4 milhões, ou 37,1%, para R\$ 12,7 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010. Tal redução deve-se principalmente ao volume menor de aplicações financeiras, que passou de um saldo no final do 1T09 equivalente a R\$ 281,4 milhões para R\$ 164,8 milhões no final do 1T10.

**Lucro Líquido**

O lucro líquido atingiu R\$ 440,2 milhões no 1T10, aumento de 32,1% quando comparado ao mesmo período de 2009, refletindo o aumento de 25,4% da receita operacional líquida, da estabilidade relativa dos custos dos serviços prestados que representaram 26,4% das receitas (excluindo-se a operação de antecipação de recebíveis).

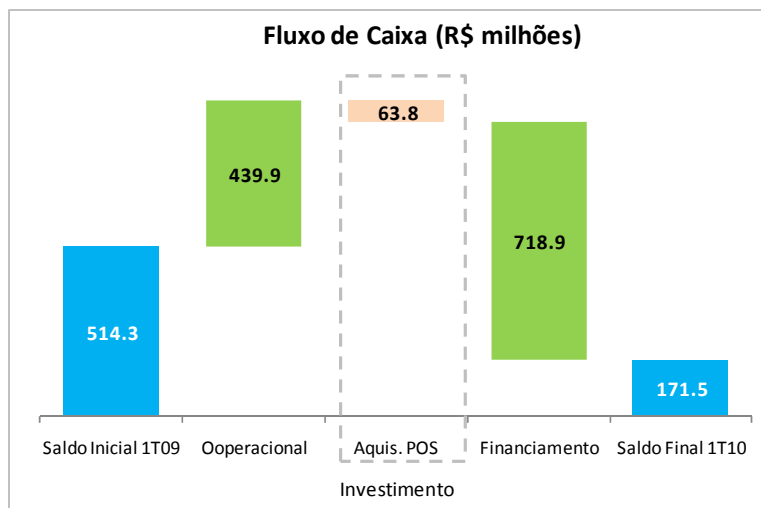
**Fluxo de Caixa**

A atividade operacional contribuiu com geração de caixa no 1T10 no montante de R\$ R\$ 439,9 milhões.

Os investimentos somaram no 1T10 R\$ 63,8 milhões, sendo resultado da aquisição de POS.

Os recursos destinados para atividades de financiamento no 1T10 foram de R\$ 718,9 milhões, sendo em sua totalidade direcionados para a distribuição de proventos aos acionistas na forma de dividendos e juros sobre capital próprio.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



## MERCADO DE CAPITAIS

### Composição Acionária

As ações da Cielo S.A. estrearam na BM&FBovespa no dia 29 de junho de 2009, sendo negociadas no Novo Mercado, inicialmente sob o código VNET3 e, desde o dia 18 de dezembro de 2009 sob o novo código CIEL3, resultado da alteração na razão social da Companhia. As ações da Cielo atualmente são integrantes da carteira teórica do Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), da carteira teórica do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG) e do Índice Financeiro (IFN). De acordo com a 2ª prévia das carteiras teóricas para o Ibovespa, IBrX-50 e IBrX-100, divulgada pela Bovespa em abril de 2010, as ações CIEL3 passam a integrar estes três índices citados na carteira válida para o quadrimestre Maio/10 – Agosto/10. A prévia, levando em conta o pregão do dia 15/04/2010 apontava CIEL3 com participações de 1,910%, 1,062% e 0,925% no Ibovespa, IBrX-50 e IBrX-100, respectivamente.

O capital social da Companhia é representado por 1,36 bilhão de ações ordinárias, sendo que 578,4 milhões estão em circulação no mercado, representando um *free-float* de 42%, conforme tabela a seguir:

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

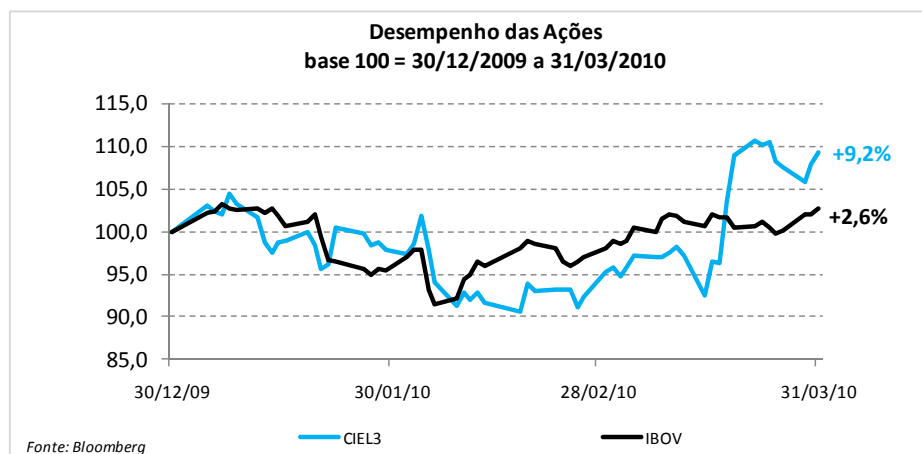
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Composição Acionária 31/03/2010	Ações Ordinárias	%
<b>Acionistas Controladores</b>	<b>781.847.415</b>	<b>57,3%</b>
<i>Banco Bradesco</i>	362.465.246	26,6%
<i>Banco do Brasil</i>	321.117.735	23,5%
<i>Banco Santander (Espanha)</i>	98.264.434	7,2%
<b>Mercado - Free-Float</b>	<b>578.404.085</b>	<b>42,4%</b>
<b>Tesouraria</b>	<b>4.532.300</b>	<b>0,3%</b>
<b>Total de Ações</b>	<b>1.364.783.800</b>	<b>100,0%</b>

No dia 23/04/2010, Banco Bradesco e Banco do Brasil divulgaram fato relevante anunciando a proposta de aquisição da participação restante do Banco Santander na Companhia, equivalente a 7,20% do capital social. Concluída a operação, o Bradesco e o Banco do Brasil passarão a deter, cada um deles, o equivalente a 28,65% do capital social da Cielo. Importante destacar que a transação não afeta o percentual de ações emitidas à negociação no mercado. No dia 27/04/2010, Bradesco e Banco do Brasil assinaram um memorando de entendimento para elaboração de modelo de negócio visando o lançamento de uma bandeira brasileira de cartões de crédito, débito e pré-pagos. Os Bancos pretendem criar uma holding que integrará e gerenciará o modelo de negócio definido. Possivelmente as ações da Cielo serão transferidas para esta nova sociedade a ser criada e a Companhia (Cielo) atuará como credenciadora junto aos estabelecimentos comerciais desta nova bandeira que será criada.

### Desempenho das Ações

Durante o 1T10, as ações CIEL3 apresentaram valorização de 9,2% ante a valorização de 2,6% do Ibovespa no mesmo período. No dia 31 de março de 2010 os papéis CIEL3 fecharam cotados a R\$16,75/ação, representando valor de mercado de R\$22,9 bilhões para a Companhia. Desde a sua listagem (29/06/2009) até 31 de março de 2010, as ações CIEL3 estiveram presentes em 100% dos pregões e acumularam valorização de 11,7%, enquanto o índice Ibovespa variou positivamente em 35,0%, o ITAG em 36,1% e o IGC em 39,0%.



O volume

Fonte: Bloomberg

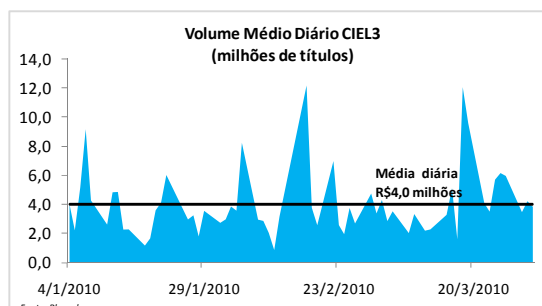
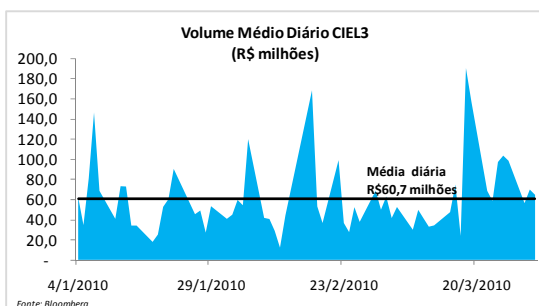
02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

médio negociado no período de janeiro a março de 2010 atingiu 4,0 milhões de ações CIEL3, em 248,6 mil negócios, com um volume médio diário de R\$ 60,7 milhões, representando 0,6% do *free-float*. Desde o IPO, o volume médio negociado foi de 7,2 milhões de títulos CIEL3 em 1,1 milhão de negócios representando um volume médio diário negociado de R\$ 119,6 milhões, ou 1,2% do *free-float*.



## Recompra de Ações

Desde o mês de novembro de 2009, a Cielo possui um Programa de Recompra de Ações de própria emissão aprovado em Reunião do Conselho de Administração. O Programa tem duração de 180 dias, e permite a aquisição de no máximo 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. As corretoras autorizadas a atuarem como intermediárias são Bradesco S.A. CTVM e Votorantim CTVM Ltda.

Desde a aprovação do Programa até 31/03/2010, foram adquiridas 4.532.300 ações ordinárias de própria emissão ao preço médio de R\$ 15,19/ação.

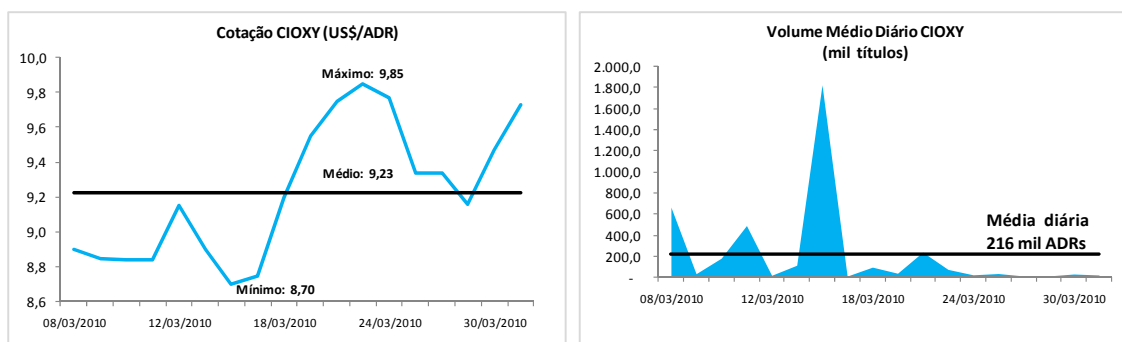
Importante destacar que o Conselho de Administração entende necessária a destinação de até R\$ 143.834.776,76, para novo programa da Companhia relativo à recompra de ações de própria emissão, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº10, de 14 de fevereiro de 1980. Tal iniciativa está contida nas Propostas do Conselho de Administração a serem submetidas aos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2010, seguindo o artigo 9º da Instrução CVM nº 481, no item II Proposta de Orçamento de Capital.

## Programa de ADR Nível I

Em 22 de fevereiro de 2010 a Cielo anunciou o lançamento do seu programa de ADR (*American Depositary Receipts*) Nível 1. Os títulos (ADRs) estão sendo negociados no mercado de balcão (*Over-the-counter* – OTC) sob código CIOXY. As ações ordinárias da Companhia estão listadas na BM&FBovespa sob o código CIEL3 e cada ADR representa uma ação ordinária da Companhia.

Até o dia 31 de março de 2010 a Companhia havia registrado 3.119.134 ADRs emitidos no mercado americano com um volume médio diário negociado de 216,4 mil títulos e preço médio de US\$ 9,23/ADR.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



## Governança Corporativa e Relações com Investidores

A Cielo, conforme artigo 27 da Instrução CVM nº 481/09, possibilitou o envio de procurações eletrônicas por meio da plataforma Assembleias Online® (<http://www.assembleiasonline.com.br>), com acesso também pelo <http://www.cielo.com.br/ri> para votação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2010

Com o objetivo de estreitar o relacionamento com os acionistas e o mercado de capitais, a área de RI da Cielo conta com um endereço de email ([ri@cielo.com.br](mailto:ri@cielo.com.br)) para receber e sanar dúvidas de todas as partes interessadas e com um website de RI ([www.cielo.com.br/ri](http://www.cielo.com.br/ri)), no qual as informações são permanentemente atualizadas.

## Dividendos

A Política de Dividendos da Cielo assegura estatutariamente a distribuição de dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.

Além disto, de acordo com comunicado divulgado em Setembro de 2009, a Companhia passou a adotar dois pagamentos de dividendos anuais, um em março e outro em setembro.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 04 de março de 2010, foi aprovada a distribuição de parte do saldo do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Estes proventos foram distribuídos no dia 31 de março de 2010 na forma de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 718.882.771,78, dos quais R\$ 9.740.767,26 foram pagos como JCP e R\$ 709.142.004,52 foram distribuídos como dividendos. O montante pago é equivalente a R\$ 0,0072/ação a título de JCP e R\$ 0,5213/ação a título de dividendo, totalizando R\$ 0,5285/ação.

02173-3

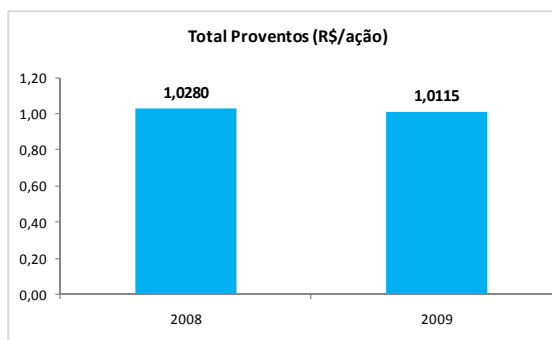
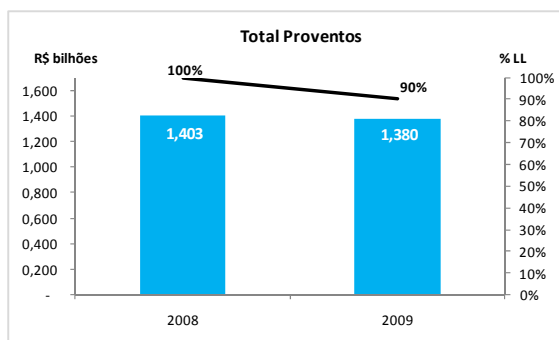
CIELO S.A

01.027.058/0001-91

#### 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Referente ao exercício de 2009, a Companhia já havia distribuído ao longo do ano, o montante de R\$ 661.531.202,31 sob a forma de dividendos, equivalente a R\$ 0,4847/ação. Com isso, o total de proventos distribuídos pela Cielo com relação ao exercício de 2009 foi de R\$ 1.380.413.974,09, equivalente a R\$ 1,0115/ação e um *payout* de 90% do lucro líquido apurado no ano.

Considerando o total de proventos distribuídos ao longo de 2009 e um preço de fechamento de CIEL3 de R\$ 15,34/ação (30/12/2009), a Companhia ofereceu um *Dividend Yield* de 6,6%.



02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ MIL)- IFRS (Não Auditado)**

	1T10	1T09	4T09	1T10 X 1T09	1T10 X 4T09
Crédito	556.197	448.872	569.194	23,9%	-2,3%
Débito	177.162	141.666	198.407	25,1%	-10,7%
Aluguel de equipamentos	294.521	256.373	281.958	14,9%	4,5%
Outras receitas	33.655	34.699	34.596	-3,0%	-2,7%
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>1.061.535</b>	<b>881.610</b>	<b>1.084.155</b>	<b>20,4%</b>	<b>-2,1%</b>
ISS	(8.587)	(7.146)	(13.705)	20,2%	-37,3%
PIS	(17.880)	(14.837)	(18.337)	20,5%	-2,5%
COFINS	(81.959)	(68.335)	(84.002)	19,9%	-2,4%
<b>IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS</b>	<b>(108.426)</b>	<b>(90.318)</b>	<b>(116.044)</b>	<b>20,0%</b>	<b>-6,6%</b>
<b>RECEITA FINANCEIRA LÍQUIDA (*)</b>	<b>67.031</b>	<b>21.959</b>	<b>59.096</b>	<b>205,3%</b>	<b>13,4%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL+ FINANCEIRA LÍQUIDA</b>	<b>1.020.140</b>	<b>813.251</b>	<b>1.027.207</b>	<b>25,4%</b>	<b>-0,7%</b>
Custo dos serviços prestados	(207.966)	(178.736)	(210.901)	16,4%	-1,4%
Depreciações e amortizações	(43.692)	(33.440)	(40.499)	30,7%	7,9%
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(251.658)</b>	<b>(212.176)</b>	<b>(251.400)</b>	<b>18,6%</b>	<b>0,1%</b>
Pessoal	(36.671)	(28.124)	(33.183)	30,4%	10,5%
Gerais e administrativas	(38.274)	(25.356)	(39.751)	50,9%	-3,7%
Depreciações e amortizações	(691)	(3.700)	(3.011)	-81,3%	-77,1%
Marketing	(21.504)	(11.434)	(25.681)	88,1%	-16,3%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2.106)	(31.422)	(17.110)	-93,3%	-87,7%
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(99.246)</b>	<b>(100.036)</b>	<b>(118.736)</b>	<b>-0,8%</b>	<b>-16,4%</b>
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>713.619</b>	<b>538.179</b>	<b>700.581</b>	<b>32,6%</b>	<b>1,9%</b>
Receitas financeiras	24.341	32.820	33.258	-25,8%	-26,8%
Despesas financeiras	(12.234)	(13.124)	(27.018)	-6,8%	-54,7%
Variação cambial, líquida	559	445	577	25,6%	-3,1%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>12.666</b>	<b>20.141</b>	<b>6.817</b>	<b>-37,1%</b>	<b>85,8%</b>
<b>LUCRO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>681.902</b>	<b>521.180</b>	<b>663.888</b>	<b>30,8%</b>	<b>2,7%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(241.689)</b>	<b>(187.981)</b>	<b>(221.872)</b>	<b>28,6%</b>	<b>8,9%</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>440.213</b>	<b>333.199</b>	<b>442.016</b>	<b>32,1%</b>	<b>-0,4%</b>
<b>TOTAL DE AÇÕES (**)</b>	<b>1.360.258</b>	<b>1.364.783</b>	<b>1.360.258</b>	<b>-0,3%</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>0,324</b>	<b>0,244</b>	<b>0,325</b>	<b>32,8%</b>	<b>-0,3%</b>

(\*) **Resultado ARV - Reclassificações:** as receitas financeiras líquidas decorrentes das operações de antecipação de recebíveis aos Estabelecimentos são receitas que fazem parte das operações da Sociedade, pois a Cielo, como credenciadora, apenas cumpre, antecipadamente, sua obrigação de realizar a liquidação financeira da transação para o Estabelecimento.

(\*\*) **Excluindo ações em tesouraria**

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MIL) – IFRS (Não Auditado)**

<u>ATIVO</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>	<u>31.12.2009</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	171.456	285.871	514.280
Contas a receber operacional	1.356.025	694.341	1.178.784
Contas a receber de controlada	-	-	-
Impostos antecipados e a recuperar	3.935	11.767	2.503
Outros valores a receber	10.197	7.839	18.448
Direitos a receber - securitização no exterior	170.097	208.811	163.850
Juros a receber - securitização no exterior	2.502	5.693	2.914
Despesas pagas antecipadamente	13.528	6.742	5.896
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.727.740</b>	<b>1.221.064</b>	<b>1.886.675</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo:			
Direitos a receber - securitização no exterior	-	221.071	42.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	219.511	193.160	222.000
Depósitos Judiciais	489.740	355.014	455.292
Outros valores a receber	1.497	1.741	1.597
Investimentos:			
Outros investimentos	12	12	214
Imobilizado	313.404	206.881	296.121
Intangível:			
Ágio na aquisição de investimentos	22.198	22.374	22.198
Carteira de clientes	-	9.546	-
Outros intangíveis	38.872	47.031	41.284
Total do ativo não circulante	1.085.234	1.056.830	1.081.151
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.812.974</b>	<b>2.277.894</b>	<b>2.967.826</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>	<u>31.12.2009</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Financiamentos	-	258	-
Contas a pagar a estabelecimentos	1.036.251	597.133	667.522
Fornecedores	159.721	44.712	116.443
Impostos e contribuições a recolher	174.248	151.414	416.945
Contas a pagar a controladas e joint ventures	-	9.546	-
Obrigações a pagar - securitização no exterior	170.044	208.931	163.911
Juros recebidos antecipadamente - securitização no exterior	2.502	5.693	2.914
Dividendos a pagar	-	333.199	105.365
Outras obrigações	45.443	121.500	80.041
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.588.209</b>	<b>1.472.386</b>	<b>1.553.141</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Obrigações a pagar - securitização no exterior	-	221.071	42.445
Provisão para contingências	532.316	423.222	511.578
Outras obrigações	2.708	2.154	233
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>535.024</b>	<b>646.447</b>	<b>554.256</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	75.379	75.379	75.379
Reserva de capital	74.920	68.606	72.305
Reserva de lucros-legal	15.076	15.076	15.076
Lucros Acumulados	593.594	-	766.897
Ações em Tesouraria	(69.228)	-	(69.228)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>689.741</b>	<b>159.061</b>	<b>860.429</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.812.974</b>	<b>2.277.894</b>	<b>2.967.826</b>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**FLUXO DE CAIXA (R\$ MIL) – IFRS (Não Auditado)**

	31.03.2010	31.03.2009	31.12.2009
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	681.902	521.180	659.485
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	44.383	37.140	43.511
Custo residual de imobilizado e intangível baixados ou alienados	879	3.380	2.692
Provisão para perdas com imobilizado e intangível, líquida	3.690	11.764	4.839
Perda de capital na troca de participações em "joint venture"	-	-	4.431
Reversão de provisão para perdas com imobilizado e intangível, líquidas	-	(795)	(1.578)
Opções de ações outorgadas	2.615	-	2.017
Perda com aluguel de equipamentos	3.986	1.841	3.684
Provisão para contingências	20.821	31.744	45.135
Ajuste a valor presente do contas a receber	6.223	34.649	6.423
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacional	(183.464)	(566.047)	(339.115)
Impostos antecipados e a recuperar	(1.432)	(90.846)	11.949
Outros valores a receber (circulante e não circulante)	44.961	52.986	36.508
Depósitos judiciais	(34.448)	(31.941)	(35.234)
Despesas pagas antecipadamente	(7.632)	(2.254)	1.780
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Contas a pagar a estabelecimentos	364.743	107.664	70.642
Fornecedores	43.278	21.994	17.757
Impostos e contribuições a recolher	(2.040)	(2.925)	6.480
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(68.847)	(73.088)	(78.817)
Provisão para contingências (circulante e não circulante)	(83)	15	(20.252)
Caixa proveniente das operações	919.535	56.461	442.337
Juros recebidos	3.566	7.505	3.969
Juros pagos	(3.566)	(7.505)	(3.969)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(479.655)	(252.011)	(139.558)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>439.880</b>	<b>(195.550)</b>	<b>302.779</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de participação em "joint venture"	-	(11.220)	(7.231)
Aquisição de controladas pela "joint venture", líquida de caixa adquirido	-	(4.579)	(43)
Adições ao imobilizado e intangível	(63.823)	(31.809)	(72.692)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(63.823)</b>	<b>(47.608)</b>	<b>(79.966)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Financiamentos - arrendamento mercantil	-	(143)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(718.881)	(542.985)	-
Ações em Tesouraria	-	-	(69.228)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(718.881)</b>	<b>(543.128)</b>	<b>(69.228)</b>
<b>REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(342.824)</b>	<b>(786.286)</b>	<b>153.585</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Saldo final	171.456	285.871	514.280
Saldo inicial	514.280	1.072.157	360.695
<b>REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(342.824)</b>	<b>(786.286)</b>	<b>153.585</b>

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

---

### **Contato Relações com Investidores Cielo:**

#### **Equipe de RI:**

Roberta Noronha  
Gustavo Schroden  
André Cazotto

Tel: 11 2184 7930/7785/7709

E-mail: [ri@cielo.com.br](mailto:ri@cielo.com.br)

[www.cielo.com.br/ri](http://www.cielo.com.br/ri)

### **Sobre a Cielo**

A Cielo é a empresa líder do setor de cartões de pagamento no mercado brasileiro, sendo responsável pelo credenciamento de Estabelecimentos e gestão de rede para aceitação de cartões de pagamento, bem como pela captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das Transações realizadas com cartões de crédito e débito. Além dos produtos e serviços tradicionalmente oferecidos no mercado de meios eletrônicos de pagamento, a Companhia tem histórico em oferecer soluções inovadoras em segmentos que tenham sinergia com suas atividades, sendo pioneira na oferta de infraestrutura de rede para correspondente bancário, recarga de celular, *voucher* eletrônico e Troco-Fácil, e na captura e no processamento de transações eletrônicas que não envolvem pagamento, como conectividade e autorização de transações no segmento de saúde.

### **Aviso Legal**

*As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da VisaNet são meramente projeções e, como tal, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, estão sujeitas a mudanças sem aviso prévio. As informações aqui contidas não significam nem devem ser interpretadas como garantia de desempenho ou de resultados futuros da Companhia.*

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2010				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade (em unidades)	%	Quantidade (em unidades)	%
Controlador	781.847.415	57,2873%	781.847.415	57,2873%
Administradores	906	0,0001%	906	0,0001%
Conselho de Administração	906	0,0001%	906	0,0001%
Diretoria	0	0,0000%	0	0,0000%
Conselho Fiscal	0	0,0000%	0	0,0000%
Ações em Tesouraria	4.532.300	0,0033	4.532.300	0,0033
Outros Acionistas	578.403.179	42,3806%	578.403.179	42,3806%
<b>Total</b>	<b>1.364.783.800</b>	<b>100,0000%</b>	<b>1.364.783.800</b>	<b>100,0000%</b>
Ações em Circulação	578.403.179	42,3806%	578.403.179	42,3806%

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento				Posição em 31/03/2010 (em Mil ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Columbus Holdings S.A.	362.465.246	26,558%	362.465.246	26,558%
BB Banco de Investimentos S.A.	321.117.735	23,529%	321.117.735	23,529%
Santusa Holding SL (Espanha)**	98.264.434	7,200%	98.264.434	7,200%
Capital Research and Management Company *	94.986.200	6,960%	94.986.200	6,960%
Outros Acionistas	487.950.185	35,753%	487.950.185	35,753%
<b>Total</b>	<b>1.364.783.800</b>	<b>100,000%</b>	<b>1.364.783.800</b>	<b>100,000%</b>

\* Empresas sediadas nos Estados Unidos. As participações são referentes a fundos geridos ou carteiras administradas pelas empresas

\*\* Controlada pelo mesmo controlador do Banco Santander Brasil S.A. - Sociedade incorporada na Espanha

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA				
Columbus Holdings S.A.				Posição em 31/03/2010 (em Mil ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco Bradesco S.A.		100,00		100,00
<b>Total</b>		<b>100,00</b>		<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA				
BB Banco de Investimentos S.A.				Posição em 31/03/2010 (em Mil ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco do Brasil S.A.		100,00		100,00
<b>Total</b>		<b>100,00</b>		<b>100,00</b>

A Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo 41 do seu Estatuto Social.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

**21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA**

O Formulário ITR – Informações Trimestrais de 31 de março de 2010 não se confunde com as Demonstrações Financeiras Interinas Consolidadas, embora deva ser preenchido com dados dessas demonstrações. A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade passou adotar de forma antecipada as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) como o padrão contábil para preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras consolidadas, conforme facultado pela Instrução CVM nº 457/07. O Formulário ITR – Informações Trimestrais apresenta divergências em relação à forma de apresentação requerida pelas IFRSs, e, dessa forma, o parecer sem ressalvas sobre as Demonstrações Financeiras Interinas Consolidadas de Cielo S.A., preparadas de acordo com as IFRSs, emitido pelos auditores independentes em 28 de abril de 2010, está arquivado juntamente com essas demonstrações via sistema IPE e é transcrito a seguir.

Transcrição do parecer sobre as Demonstrações Financeiras Interinas Consolidadas, arquivado via sistema IPE na categoria “Dados Econômicos Financeiros”.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL**

Aos Administradores e Acionistas da  
Cielo S.A.  
São Paulo - SP

1. Efetuamos uma revisão especial das demonstrações financeiras interinas consolidadas da Cielo S.A. (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Meios de Pagamento) (“Sociedade”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, compreendendo o balanço patrimonial consolidado levantado em 31 de março de 2010, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009, as respectivas notas explicativas e o relatório da Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras interinas consolidadas; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Sociedade.
3. Com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações financeiras interinas consolidadas referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com o “Internacional Accounting Standard” - IAS 14 - Relatórios Financeiros Intermediários, emitido pelo “International Accounting Standard Board” - IASB.

02173-3

CIELO S.A

01.027.058/0001-91

---

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

---

4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos, das práticas contábeis de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo IASB. As informações relacionadas à natureza dessas diferenças e o efeito destas estão apresentados na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras interinas consolidadas.
5. Anteriormente, examinamos o balanço patrimonial consolidado levantado em 31 de dezembro de 2009, preparado de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo IASB, apresentado para fins de comparação, sobre o qual emitimos parecer de auditoria datado de 27 de janeiro de 2010.

São Paulo, 28 de abril de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso  
Contador  
CRC nº 1 SP 077516/O-9

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	4
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	5
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	7
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	9
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	11
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	58
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	76
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	77/78